

Aula 12

*Unioeste (Contador) Contabilidade
Pública - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

30 de Julho de 2023

Índice

1) NBC TSP - Estrutura Conceitual - Teoria	3
2) Questões Comentadas - NBC TSP - Estrutura Conceitual	53
3) Lista de Questões - NBC TSP - Estrutura Conceitual	80



APRESENTAÇÃO

Prezados, nessa aula vamos estudar a NBC TSP mais importante de todas e, claro, muito frequentada em provas da FGV. Temos boas chances de constar essa norma na sua prova.

Bons estudos!

Possati

@profgilmarpossati



ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Nos termos da norma, a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual) **estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP)** do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público.

Esses conceitos são aplicáveis à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs)¹.

Veja que a Estrutura Conceitual possui o objetivo de ser uma “norma mãe”, uma norma que estabelece os conceitos básicos que devem ser tomados como base no desenvolvimento das demais NBCs TSP.

Segundo a Estrutura Conceitual, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é **prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

A norma destaca que os RCPGs (demonstrações contábeis e informações complementares) fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Segundo a Estrutura Conceitual, os governos geralmente têm amplos poderes, incluindo a capacidade de estabelecer e fazer cumprir requisitos legais e alterar esses requisitos. Globalmente, o setor público varia consideravelmente em suas disposições constitucionais e em suas metodologias de funcionamento. No entanto, a governança no setor público, geralmente, envolve a realização de prestação de contas do Poder Executivo para o Poder Legislativo.

Nesse sentido, a norma destaca algumas **características do setor público tomadas como base para o desenvolvimento da Estrutura Conceitual**. Essas características estão resumidas e comentadas no quadro abaixo:

¹ Vamos estudar com os devidos detalhes sobre os RCPGs na sequência da aula.



CARACTERÍSTICAS DO SETOR PÚBLICO

a) Volume e significância das transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação são comuns no setor público. Nessas transações, a entidade recebe o valor da outra parte sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual. Isso acaba refletindo (e muito) na contabilidade pública.

Você, por exemplo, pode pagar uma taxa de iluminação pública, geralmente é um valor bem baixo na sua conta de energia elétrica. No entanto, o benefício que você recebe do setor público (no caso da prefeitura municipal) é muito maior. Imagina se você tivesse que rachar a conta da iluminação pública com seus vizinhos, sob pena de sua rua ficar na penumbra! É claro que seria um valor muito, mas muito mesmo, maior do que a taxa que você paga (na maioria das grandes cidades existe essa taxa. Pode ser que na sua não exista, ainda rsrs).

Nesse sentido, a Estrutura Conceitual destaca que a natureza das transações sem contraprestação pode impactar a forma pela qual elas são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas, no sentido de dar suporte às avaliações por parte dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos.

b) Importância do orçamento público

É bem óbvia a importância do orçamento público no contexto das finanças públicas, não é mesmo? Tanto é verdade que uma das principais legislações das finanças públicas, a Lei nº 4.320/64 possui um caráter eminentemente voltado às questões orçamentárias. A Estrutura Conceitual apenas reforça essa importância. Segundo a norma, o orçamento aprovado é utilizado como base para a definição dos níveis de tributação e de outras receitas, compondo o processo de obtenção de autorização legislativa para a realização do gasto público.

Nesse sentido, a norma destaca que as informações extraídas do orçamento público possibilitam aos usuários compararem a execução orçamentária com o orçamento previsto facilitam a análise quanto ao desempenho das entidades do setor público. Tais informações instrumentalizam a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*) e fornecem subsídios para o processo decisório relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes.

c) Natureza dos programas e longevidade do setor público

Segundo a Estrutura Conceitual, muitos programas do setor público são de longo prazo, e a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro. Muitos compromissos decorrentes dos programas do setor público e as prerrogativas para cobrar e arrecadar tributos futuros não se encaixam nas definições de ativo e passivo presentes na Estrutura Conceitual e, portanto, não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Consequentemente, as demonstrações que evidenciam a situação patrimonial e o desempenho não fornecem todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas de longo prazo. Os efeitos financeiros de determinadas decisões poderão ser observados após muitos anos.

Dessa forma, a Estrutura Conceitual destaca que os RCPGs, ao conterem informações financeiras prospectivas acerca da sustentabilidade em longo prazo das finanças e de programas essenciais da entidade do setor público, são documentos necessários para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Outro ponto destacado pela norma é que embora o controle político possa mudar periodicamente, os estados soberanos, geralmente, têm existências muito longas. Eles continuam a existir mesmo que passem por severas dificuldades financeiras e se tornem inadimplentes com as obrigações oriundas da sua respectiva dívida soberana. Logo, a continuidade das entidades do setor público (*going concern principle*) fundamenta a elaboração das demonstrações contábeis.

Veja que o princípio da continuidade está expressamente previsto na Estrutura Conceitual. Apesar de a Resolução CFC nº 750/93 que estabelecia os princípios contábeis ter sido revogada pela



CARACTERÍSTICAS DO SETOR PÚBLICO

Estrutura Conceitual, esta manteve a previsão desses princípios de forma expressa e implícita no decorrer da norma. Destacaremos esses pontos ao longo da nossa aula.

d) Natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público

Segundo a Estrutura Conceitual, no setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares. Além disso, o setor público pode manter itens que contribuam para o legado cultural e histórico da nação ou da região, como, por exemplo, obras de arte, prédios históricos e outros artefatos. Os entes públicos também podem ser responsáveis por parques nacionais e outras áreas naturais relevantes com fauna e flora nativas. Veja que todos esses ativos citados pela Estrutura Conceitual não são mantidos para serem vendidos, mesmo que o mercado para eles exista. Além disso, os governos e as entidades do setor público, normalmente, têm a responsabilidade de preservá-los e mantê-los para as gerações atuais e futuras. Logo, todos esses fatores têm implicações para a mensuração desses ativos.

Outro ponto associado à natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público é o fato de os governos frequentemente exercerem poderes sobre recursos naturais e outros recursos, como reservas minerais, água, áreas de pesca, florestas e o espectro eletromagnético. Esses poderes conferem aos governos a prerrogativa de concessão de licenças, a obtenção de *royalties* ou a arrecadação de tributos pela utilização desses recursos. Logo, esses fatores têm implicações para o reconhecimento dos elementos nas demonstrações contábeis.

Por fim, a Estrutura Conceitual destaca dentro desse ponto que os governos e outras entidades do setor público incorrem em passivos relacionados aos seus objetivos de prestação de serviços. Muitos passivos são oriundos de transações sem contraprestação e isso inclui aqueles relacionados a programas direcionados ao fornecimento de benefícios sociais. Os passivos também podem ser oriundos do papel governamental de credor em última instância de entidades com problemas financeiros, e podem ser oriundos de quaisquer obrigações de transferência de recursos para afetados por desastres. Esses fatores também acabam impactando a definição de passivo e os critérios de reconhecimento.

e) Papel regulador das entidades do setor público

Nos termos da Estrutura Conceitual, muitos governos e outras entidades do setor público possuem poder de regulação de entidades que operam em determinados setores da economia, de forma direta ou por meio de agências reguladoras. A principal razão da regulação é assegurar o interesse público de acordo com objetivos definidos nas políticas públicas. A intervenção regulatória também pode ocorrer quando existem mercados imperfeitos ou falhas de mercado para determinados serviços, ou, ainda, para mitigar alguns fatores, como, por exemplo, a poluição. Essas atividades regulatórias são conduzidas de acordo com o estabelecido na legislação.

Governos podem também se autorregular e regular outras entidades do setor público. Pode ser necessário um julgamento para determinar se a regulação cria direitos ou obrigações para as entidades do setor público, os quais irão requerer o reconhecimento de ativos e passivos, ou se a prerrogativa de modificar essa regulação exerce impacto na forma que tais direitos e obrigações são contabilizados.



CARACTERÍSTICAS DO SETOR PÚBLICO

f) Relacionamento com as estatísticas de finanças públicas (EFP)

Nesse ponto, a Estrutura Conceitual informa que existem dois tipos de informações financeiras expost:

- (a) Estatísticas de Finanças Públicas (EFP) do Setor Governo Geral (SGG), com o propósito de permitir a análise macroeconômica e a tomada de decisão; e
- (b) Demonstrações Contábeis de Propósito Geral (Demonstrações Contábeis) para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão ao nível da entidade, incluindo as demonstrações contábeis consolidadas do governo.

A norma destaca que os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações.

Além disso, ela nos informa que apesar de as demonstrações contábeis e os relatórios de EFP possuírem uma considerável sobreposição entre as duas estruturas de relatórios, as NBCs TSP e as diretrizes para relatórios de EFP têm objetivos diferentes.

O objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para os usuários dos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para a tomada de decisão.

Os relatórios de EFP são utilizados, principalmente, para:

- a) analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos; b) determinar o impacto sobre a economia; e
- c) comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.

A Estrutura Conceitual destaca que o foco é sobre a avaliação do impacto do SGG e do setor público em geral sobre a economia, no âmbito da estrutura conceitual das estatísticas macroeconômicas.

Assim, conclui a norma que os objetivos e o alcance distintos levam ao tratamento também distinto de algumas transações e eventos. A eliminação das diferenças não fundamentais para os objetivos das duas estruturas conceituais e a utilização de um único sistema de informação contábil integrado para gerar tanto as demonstrações contábeis quanto os relatórios de EFP podem proporcionar benefícios aos usuários em termos de qualidade, tempestividade e compreensibilidade dos relatórios.



CAPÍTULO 1 - FUNÇÃO, AUTORIDADE E ALCANCE DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Função

Conforme já comentamos, a Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos RCPGs, os quais **devem ser elaborados com base no regime de competência**.

Observe que o regime de competência (aplicação lógica do Princípio da Competência) deve ser seguido na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis (RCPGs).

Vale novamente reforçar que apesar de a Resolução CFC nº 750/93 ter sido revogada pela Estrutura Conceitual, os princípios contábeis estão presentes no texto da norma. Aqui temos uma clara referência indireta ao princípio da competência.

Autoridade

Segundo a Estrutura Conceitual, os requisitos obrigatórios relacionados ao reconhecimento, mensuração e apresentação das transações e outros eventos e atividades evidenciados nos RCPGs são especificados nas demais NBCs TSP. Assim, os conceitos descritos na Estrutura Conceitual são aplicados de forma subsidiária.

A norma destaca que em caso de eventual conflito entre a estrutura conceitual e outras NBCs TSP, prevalecem as disposições específicas vigentes nestas últimas em relação às constantes na primeira.

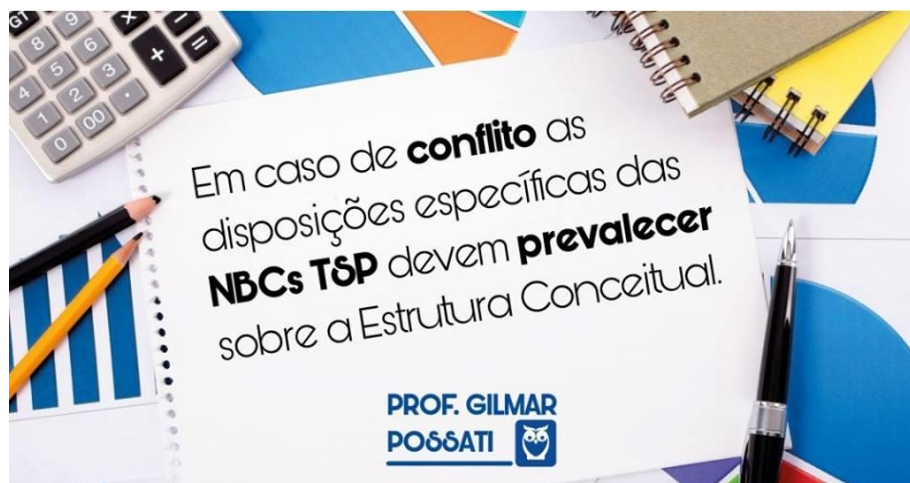


Em caso de ...



... as disposições específicas das NBCs TSP **devem prevalecer sobre a Estrutura Conceitual**.

CONFLITO



Essa e outras dicas você encontra nas nossas redes sociais @profgilmarpossati

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

Nos termos da Estrutura Conceitual, os RCPGs são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs **são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**

A norma explica que alguns usuários da informação contábil podem ter a prerrogativa de exigir a elaboração de relatórios para atender às suas necessidades específicas. Mesmo que esses usuários identifiquem que a informação fornecida pelos RCPGs seja útil aos seus propósitos, esses relatórios não são elaborados especificamente para atender a essas necessidades.

Relatórios Contábeis (RCPGs) objetivam...



Atender às necessidades dos usuários em geral.



Não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Ainda, segundo a norma, **os RCPGs podem compreender múltiplos relatórios**, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil. **Os RCPGs abrangem as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas.** Os RCPGs **abrangem também a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.**

Que tal dar uma pausa na sua leitura e dar uma olhada em uma série de vídeos que gravamos sobre os RCPGs em nosso canal do You Tube?

Dica Estratégica #1 - RCPGs



Dica com os aspectos introdutórios sobre os RCPGs.

Dica Estratégica #2 - RCPGs - Parte II



Dica com mais um detalhe que pode ser explorado na sua prova!

Dica Estratégica #3 - RCPGs - Parte III



Dica com mais um detalhe que pode ser explorado na sua prova!

Acesse a playlist completa com todos os vídeos de Contabilidade Pública do canal:

https://www.youtube.com/playlist?list=PL2s4IzJ_fRqMslQfTLxqfXltwIYJVw7IN

Por fim, a Estrutura Conceitual destaca que o alcance dos relatórios é determinado pela necessidade de informações dos usuários primários dos RCPGs e pelos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil. Esses objetivos estudaremos logo na sequência (capítulo 2).



Alcance da estrutura conceitual e das NBCs TSP

Segundo a norma, a Estrutura Conceitual e as demais NBCs TSP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs.



Estão compreendidos no conceito de **entidades do setor público**: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes*).

* são empresas controladas que recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Professor, e as empresas estatais independentes estão no alcance da Estrutura Conceitual?

A própria norma nos responde:

As empresas estatais independentes são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B [empresas estatais dependentes], as quais, em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP.

De qualquer forma a norma destaca que as demais entidades não compreendidas no conceito de “entidades do setor público”, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar a estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.**



CAPÍTULO 2 - OBJETIVOS E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO

Objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil

Segundo a Estrutura Conceitual, os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil são determinados com base nos usuários dos RCPGs e suas necessidades de informações. Nesse sentido, a norma destaca que os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao **fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.**



Objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil



FORNECER INFORMAÇÕES ÚTEIS AOS USUÁRIOS DOS RCPGS



Finalidade de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão

Usuários dos RCPGs

Segundo a Estrutura Conceitual, governos e outras entidades do setor público obtêm recursos dos contribuintes, doadores, credores por empréstimos e de outros provedores de recursos para serem utilizados na prestação de serviços aos cidadãos e aos outros usuários. Essas entidades são responsáveis pela gestão e utilização dos recursos perante os usuários desses serviços. Aqueles que provêm os recursos também requerem informações que sirvam de base para a tomada de decisão. Ademais, a norma destaca que os membros do poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs e utilizam extensiva e continuamente esses relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos.

Assim, os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes (membros do Poder Legislativo) e os provedores de recursos e seus representantes.

Um ponto interessante que certamente será exigido em prova é o seguinte:



Os RCPGs, elaborados para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e provedores de recursos com a finalidade de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão, podem também fornecer informações úteis para outros indivíduos ou entidades para propósitos distintos. Por exemplo, os responsáveis pelas estatísticas de finanças públicas, os analistas, a mídia, os consultores financeiros, os grupos de interesse público ou privado podem entender que a informação fornecida pelos RCPGs é útil para os seus propósitos. As organizações que possuem a prerrogativa de exigir a elaboração de relatório contábil estruturado para atender as suas necessidades específicas de informação podem também utilizar a informação fornecida pelos RCPGs para os seus propósitos – como, por exemplo: agências reguladoras e supervisoras, entidades de auditoria, comissões do poder Legislativo ou de outro órgão do governo, órgãos centrais de orçamento e controle, agências de classificação de risco e, em alguns casos, entidades emprestadoras de recursos e de fomento. Mesmo que esses outros indivíduos ou entidades encontrem informações úteis nos RCPGs, eles não são usuários primários desses relatórios. Assim, os RCPGs não são elaborados e divulgados para atender a necessidades de informações específicas ou particulares.

Fique muito alerta a essa última informação destacada.



Os RCPGs não são elaborados e divulgados para atender a necessidades de informações específicas ou particulares.

Assim, uma questão que informe que os RCPGs são elaborados e divulgados para atender a necessidades de qualquer desses usuários “secundários” estará errada. Veja a lista para você ficar alerta:

Usuários que usam as informações dos RCPGs para propósitos distintos
Responsáveis pelas estatísticas de finanças públicas
Analistas
Mídia
Consultores financeiros
Grupos de interesse público ou privado
Agências reguladoras e supervisoras
Entidades de auditoria
Comissões do poder Legislativo ou de outro órgão do governo
Órgãos centrais de orçamento e controle
Agências de classificação de risco
Entidades emprestadoras de recursos e de fomento

Veja um exemplo de questão que pode ser exigida nesse sentido.

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável às Entidades do Setor Público, os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) são elaborados e divulgados para

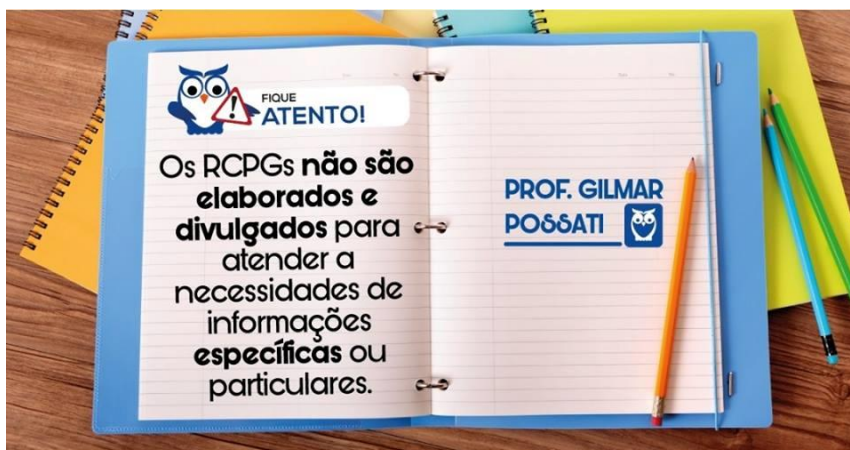


atender a necessidades de informações específicas de diversos usuários entre os quais estão os responsáveis pelas estatísticas de finanças públicas e as agências de classificação de risco.

Comentários

Os RCPGs não são elaborados e divulgados para atender a necessidades de informações específicas ou particulares.

Gabarito: Errado



Prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão

Segundo a Estrutura Conceitual, governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que provêm os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo.

Nesse sentido, o atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (*accountability*) requer o fornecimento de informações sobre a gestão dos recursos da entidade confiados com a finalidade de prestação de serviços aos cidadãos e aos outros indivíduos, bem como a sua adequação à legislação, regulamentação ou outra norma que disponha sobre a prestação dos serviços e outras operações.



Necessidade de informação dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos

Segundo a Estrutura Conceitual, para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, **os usuários de serviço e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações de questões** como:

- o desempenho da entidade durante o exercício;
- a liquidez (capacidade de satisfazer as obrigações atuais) e a solvência (capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo) da entidade;
- a sustentabilidade da prestação de serviços pela entidade e de outras operações em longo prazo, e as mudanças decorrentes como resultado das atividades da entidade durante o exercício; e
- a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações.

Veja que essas informações são apenas exemplos. Não é uma lista taxativa, mas sim exemplificativa.

Segundo a norma, os usuários dos serviços exigem, também, informação sobre as **consequências das decisões tomadas e das atividades realizadas pela entidade durante o exercício** e sobre os recursos disponíveis para dar suporte à prestação de serviços em períodos futuros, às atividades e objetivos da prestação de serviços, aos montantes e às fontes de recuperação dos custos necessários para dar suporte a essas atividades.

Especificamente quanto aos **provedores de recursos**, a Estrutura Conceitual informa que eles exigem informação como subsídio para as avaliações sobre se a entidade:

- a) está alcançando os objetivos estabelecidos de modo a justificar os recursos angariados durante o exercício;
- b) financiou as operações atuais a partir dos recursos angariados dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual; e
- c) provavelmente necessita de recursos adicionais (ou menos recursos) no futuro e as fontes prováveis destes recursos.

Por fim, a norma destaca que os **credores por empréstimos e outros credores** exigem informação como insumo para avaliações da liquidez da entidade e, portanto, se o montante e o prazo para pagamento estarão em conformidade com o que foi contratado.

Já os **doadores** exigem informação para dar suporte às avaliações se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida. Eles também exigem informação sobre as atividades previstas de prestação de serviços e as necessidades de recursos.

Galera, nesse ponto vislumbro uma boa oportunidade de o examinador realizar uma troca entre o tipo de usuário e a informação que ele necessita. Veja um exemplo de assertiva nesse sentido:

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, os credores por empréstimos e outros credores exigem informação como subsídio para as avaliações sobre se a entidade está alcançando os objetivos estabelecidos de modo a justificar os recursos angariados durante o exercício.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, quem exige informação como subsídio para as avaliações sobre se a entidade está alcançando os objetivos estabelecidos de modo a justificar os recursos angariados durante o exercício são os provedores de recursos e não os credores por empréstimos conforme afirma o item.



Veja que é fácil de elaborar uma questão trocando o tipo de usuário e a informação que ele necessita.

Gabarito: Errado

Organizando a “enxurrada” de informações desse tópico da Estrutura Conceitual, chegamos ao seguinte quadro-síntese elaborado para que você visualize melhor as informações:

Necessidades de Informações	
Usuários de serviço e Provedores de recursos	<p>Necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações de questões como:</p> <ul style="list-style-type: none">a) o <u>desempenho da entidade</u> durante o exercício;b) a <u>liquidez</u> (capacidade de satisfazer as obrigações atuais) e a <u>solvência</u> (capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo) da entidade;c) a <u>sustentabilidade</u> da prestação de serviços pela entidade e de outras operações em longo prazo, e as mudanças decorrentes como resultado das atividades da entidade durante o exercício; ed) a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações.
Provedores de recursos (especificamente)	<p>Exigem informação como subsídio para as <u>avaliações sobre se a entidade</u>:</p> <ul style="list-style-type: none">a) <u>está alcançando os objetivos estabelecidos</u> de modo a justificar os recursos angariados durante o exercício;b) <u>financiou as operações atuais a partir dos recursos angariados</u> dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual; ec) provavelmente <u>necessita de recursos adicionais</u> (ou menos recursos) no futuro e as fontes prováveis destes recursos.
Credores por empréstimos e outros credores	<p>Exigem informação como insumo para <u>avaliações da liquidez da entidade</u> e, portanto, se o montante e o prazo para pagamento estarão em conformidade com o que foi contratado.</p>
Doadores	<p>Exigem informação para dar suporte às avaliações se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida. Eles também exigem informação sobre as atividades previstas de prestação de serviços e as necessidades de recursos.</p>



Informação fornecida pelos RCPGs

No quadro a seguir destacamos os principais pontos que acreditamos serem passíveis de exigência na sua prova.

Informação Fornecida pelos RCPGs	
Situação Patrimonial (do governo ou de outra entidade do setor público)	Essa informação possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório.
Desempenho (do governo ou de outra entidade do setor público)	Orienta as avaliações de questões, como, por exemplo, se a entidade adquiriu recursos com <u>economicidade</u> e os utilizou com <u>eficácia e eficiência</u> para atingir os seus objetivos de prestação de serviços. Inclui a <u>informação sobre os custos</u> da prestação de serviços e os montantes e fontes de recuperação desses custos durante o exercício.
Fluxos de Caixa (do governo ou de outra entidade do setor público)	Contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade. Ela indica como a entidade arrecadou e utilizou os recursos durante o período , inclusive os empréstimos tomados e pagos, bem como as suas aquisições e vendas, por exemplo, do seu ativo imobilizado. Identifica também os recursos recebidos a partir de, por exemplo, tributos e investimentos ou as transferências de recursos concedidas ou recebidas em transações com outros governos, órgãos governamentais ou organismos internacionais. A informação sobre os fluxos de caixa também pode subsidiar as avaliações sobre a conformidade da entidade com o que foi definido pelos responsáveis pela gestão financeira e informar a avaliação dos montantes e fontes prováveis de recursos para dar suporte aos objetivos da prestação de serviços.
<p>Observações: As informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são normalmente apresentadas nas demonstrações contábeis. Os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis. Para tanto, pode-se utilizar as notas explicativas ou relatórios separados incluídos nos RCPGs.</p> <p>Os RCPGs fornecem informação sobre os resultados (sendo descritos como “superávit ou déficit”, “lucro ou prejuízo”, ou por outros termos cabíveis), o desempenho e os fluxos de caixa da entidade durante o exercício, os ativos e os passivos na data do relatório e as alterações realizadas nesses itens durante o período (situação patrimonial), bem como os resultados obtidos na prestação de serviços.</p>	
Informação orçamentária e cumprimento da legislação ou outra regulamentação relativa à	O orçamento fornece informação financeira aos interessados sobre os planos operacionais da entidade para o período futuro, as suas necessidades de capital e, frequentemente, os seus objetivos e as suas expectativas em relação à prestação de serviços. O orçamento é



captação e à utilização de recursos	<p>utilizado para justificar a captação de recursos dos contribuintes e de outros provedores de recursos e estabelece os regramentos para os dispêndios de recursos.</p> <p>Alguns recursos para dar suporte às atividades das entidades do setor público podem ser recebidos de doadores, credores por empréstimos ou como resultado de transações com contraprestação. Entretanto, <u>os recursos se originam, predominantemente, de transações sem contraprestação advindas dos contribuintes e de outros, de acordo com as expectativas refletidas no orçamento aprovado.</u></p> <p>A inclusão nos RCPGs dessas informações é importante para a determinação de quão bem a entidade do setor público alcançou os seus objetivos financeiros. Tal informação é necessária para a prestação de contas e responsabilização (accountability) do governo ou de outra entidade do setor público perante os administrados, para o aprimoramento da avaliação do desempenho da entidade e para a tomada de decisão.</p>
Resultado da prestação de serviços	<p>O desempenho dos governos e da maioria das entidades do setor público não está total ou adequadamente refletido em qualquer medida de resultados financeiros. Portanto, os resultados financeiros necessitam ser avaliados no contexto dos resultados da prestação de serviços à sociedade.</p> <p>A divulgação de informações não financeiras e de informações financeiras das atividades de prestação de serviços, desempenho e/ou os resultados durante o exercício, fornecem insumos para avaliações da economicidade, da eficiência e da eficácia das operações da entidade. A divulgação dessas informações é necessária para que o governo ou outra entidade do setor público cumpra com suas obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability)</p>
Informações financeiras e não financeiras prospectivas	<p>Dada a longevidade das entidades do setor público e de muitos programas governamentais, os efeitos financeiros de muitas decisões tomadas no exercício somente podem se tornar evidentes vários anos depois.</p> <p>As informações sobre os objetivos e atividades previstas de prestação de serviços futuros, bem como o impacto provável nas necessidades futuras de recursos pela entidade e as fontes de financiamento</p>



	prováveis, são necessárias como subsídio para qualquer avaliação da capacidade do governo ou de outra entidade do setor público em satisfazer aos seus compromissos financeiros e de prestação de serviços no futuro. A evidenciação de tais informações nos RCPGs permite avaliações da sustentabilidade da prestação de serviços pelo governo ou outra entidade do setor público, aprimora a prestação de contas e responsabilização (accountability) e fornece informação útil adicional para fins de tomada de decisão.
Informação explicativa	As informações sobre os principais fatores relacionados ao desempenho e aos resultados da prestação de serviços da entidade durante o exercício e sobre as premissas que corroboram as expectativas sobre esses fatores que provavelmente irão influenciar o desempenho futuro da entidade podem ser apresentadas nos RCPGs em notas explicativas às demonstrações contábeis ou em relatórios separados. Tal informação irá auxiliar os usuários a entenderem melhor, e no contexto adequado, as informações financeiras e não financeiras incluídas nos RCPGs e, ainda, aprimorar o papel dos RCPGs, no sentido de fornecer informação útil para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Demonstrações contábeis e a informação que as aprimore, complemente e suplemente

A Estrutura Conceitual destaca que **o alcance da informação contábil é mais abrangente do que é evidenciado pelas demonstrações contábeis**. Nesse sentido, ela fornece a apresentação nos RCPGs de informação adicional que aprimore, complemente e suplemente essas demonstrações.

No entanto, a norma informa que mesmo que a estrutura conceitual preveja que o alcance da informação contábil seja mais abrangente do que aquela evidenciada nas **demonstrações contábeis, a informação apresentada nestas últimas permanece sendo o núcleo da informação contábil**.

Veja como esses pontos da Estrutura Conceitual podem ser exigidos em prova.

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, o alcance da informação contábil é mais abrangente do que é evidenciado pelas demonstrações contábeis. No entanto, a informação apresentada nessas demonstrações permanece sendo o núcleo da informação contábil.

Comentários

Perfeito, é isso mesmo!

O alcance da informação contábil é mais abrangente do que é evidenciado pelas demonstrações contábeis. No entanto, a informação apresentada nessas demonstrações permanece sendo o núcleo da informação contábil.

Gabarito: certo



Outras fontes de informação

Segundo a Estrutura Conceitual, os RCPGs têm papel significativo em fornecer a informação necessária para dar suporte ao cumprimento da obrigação do governo ou de outra entidade do setor público em prestar contas, assim como o de fornecer informação útil para a tomada de decisão. Entretanto, **é improvável que os RCPGs forneçam todas as informações que os usuários necessitem para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.**

Consequentemente, **os usuários dos serviços e os provedores de recursos podem também considerar informação de outras fontes**, inclusive os relatórios sobre as condições econômicas atuais e projetadas, orçamentos e conjunturas governamentais, além de informação sobre as iniciativas de políticas governamentais não relatadas nos RCPGs.

Pessoal, esses pontos acima destacados são importantes. Veja como pode ser exigido em sua prova.

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, apesar de os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecerem todas as informações que os usuários necessitem para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão, os usuários dos serviços e os provedores de recursos podem também considerar informação de outras fontes.

Comentários

Pessoal, conforme vimos, nos termos da Estrutura Conceitual é **improvável** que os RCPGs forneçam todas as informações que os usuários necessitem para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Consequentemente, os usuários dos serviços e os provedores de recursos podem também considerar informação de outras fontes.

Veja que o item informa que os RCPGs fornecem todas as informações, o que não é verdade.

Gabarito: Errado



É **improvável** que os RCPGs forneçam todas as informações que os usuários necessitem para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Consequentemente, os usuários dos serviços e os provedores de recursos podem também considerar informação de outras fontes.

Bem... com isso fechamos mais um capítulo da Estrutura Conceitual. Agora é a hora do intervalo!



CAPÍTULO 3 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

Segundo a Estrutura Conceitual, os RCPGs apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos. Nesse sentido, as características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são **atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil**. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

As **características qualitativas** da informação incluída nos RCPGs são:

- Relevância;
- Representação Fidedigna;
- Compreensibilidade;
- Tempestividade;
- Comparabilidade; e
- Verificabilidade.

Na sequência da aula vamos estudar os devidos detalhes que devemos saber para enfrentar as exigências em prova.

Como restrições inerentes à informação contida nos RCPGs a Estrutura Conceitual destaca as seguintes:

- materialidade;
- custo-benefício;
- alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.

Segundo a Estrutura Conceitual, **as características qualitativas são integradas** e funcionam em conjunto com as outras características, de modo a fornecer informação útil nos RCPGs para cumprir os objetivos da informação contábil. Entretanto, na prática, a norma destaca que talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário.

A norma destaca, ainda, que **as características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs, inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa**. Contudo, pode haver variação no grau que as características qualitativas podem ser alcançadas, dependendo do nível de incerteza e de avaliação subjetiva envolvidos na compilação das informações financeiras e não financeiras.

Vamos ver como pode ser exigido na sua prova!

(INÉDITA) De acordo com a Estrutura Conceitual Aplicável ao Setor Público, as características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs. Nesse sentido, até mesmo as informações históricas e prospectivas, bem como as informações explicativas estão dentro do escopo de aplicação das características qualitativas.

Comentários

Perfeito! É isso mesmo, pessoal! Conforme estudamos, **as características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs, inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa**.

Gabarito: Certo



Vamos agora começar o estudo específico de cada uma das características acima citadas.

Relevância

Segundo a Estrutura Conceitual, as informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

Para que as informações financeiras e não financeiras sejam capazes de exercer essa influência elas devem ter **valor confirmatório, preditivo ou ambos**. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela.

Valor Confirmatório: As informações financeiras e não financeiras têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas (ou presentes).

Exemplo: a informação é relevante, para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, se confirmar as expectativas sobre questões, tais como: a extensão na qual os gestores cumpriram as suas responsabilidades pelo uso eficiente e eficaz dos recursos; a realização dos objetivos especificados da prestação de serviços; e o cumprimento da legislação e de regulamentos orçamentários, além de outros.

Valor Preditivo: Os RCPGs podem apresentar informação acerca dos objetivos, custos e atividades previstas de prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocadas na prestação de serviços no futuro. Tal informação voltada para o futuro tem valor preditivo e é relevante para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. A informação sobre fenômenos econômicos e outros que existam ou já tenham ocorrido também pode ter valor preditivo ao auxiliar a formar expectativas sobre o futuro.

Exemplo: a informação que confirma ou refuta expectativas passadas pode reforçar ou alterar expectativas sobre o desempenho e os resultados da prestação de serviços que possam ocorrer no futuro.

Segundo a Estrutura Conceitual, as funções confirmatória e preditiva da informação são **inter-relacionadas**, por exemplo, a informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e as demandas por esses recursos auxilia os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, além de preverem a capacidade da entidade em responder às mudanças e às necessidades previstas relacionadas à prestação de serviços no futuro. A mesma informação auxilia a confirmar ou a corrigir as expectativas e previsões passadas dos usuários acerca da capacidade da entidade de responder a tais alterações. Auxilia também a confirmar ou corrigir as informações financeiras prospectivas incluídas nos RCPGs anteriores.



Representação fidedigna

Segundo a Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. **A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.** A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

A Estrutura Conceitual destaca que, na prática, pode não ser possível ter certeza ou saber se a informação apresentada nos RCPGs está completa, neutra e livre de erro material. Entretanto, a informação deve estar **completa**, **neutra** e **livre de erro material** tanto quanto possível.

Completa: toda a informação necessária

A omissão de algumas informações pode fazer com que a representação do fenômeno econômico ou outro qualquer seja falsa ou enganosa, não sendo útil para os usuários dos RCPGs. Por exemplo, a descrição completa de item do imobilizado nos RCPGs deve incluir a representação numérica do montante agregado do item juntamente com outras informações quantitativas, descritivas e explicativas necessárias para representar fielmente essa classe de ativo. Em alguns casos, isso pode incluir a evidenciação de informação sobre questões, tais como: as classes importantes do imobilizado; os fatores que afetaram a sua utilização no passado ou que podem impactar a sua utilização no futuro; e a base e o processo para determinar a sua representação numérica.

Neutralidade da informação: **ausência de viés**

A seleção e a apresentação das informações financeiras e não financeiras não devem ser feitas com a intenção de se atingir um resultado particular predeterminado, por exemplo, para influenciar a avaliação dos usuários acerca da prestação de contas e responsabilização (accountability) por parte da entidade, para uma decisão ou julgamento que está para ser feito, ou, ainda, para induzir a determinado comportamento.

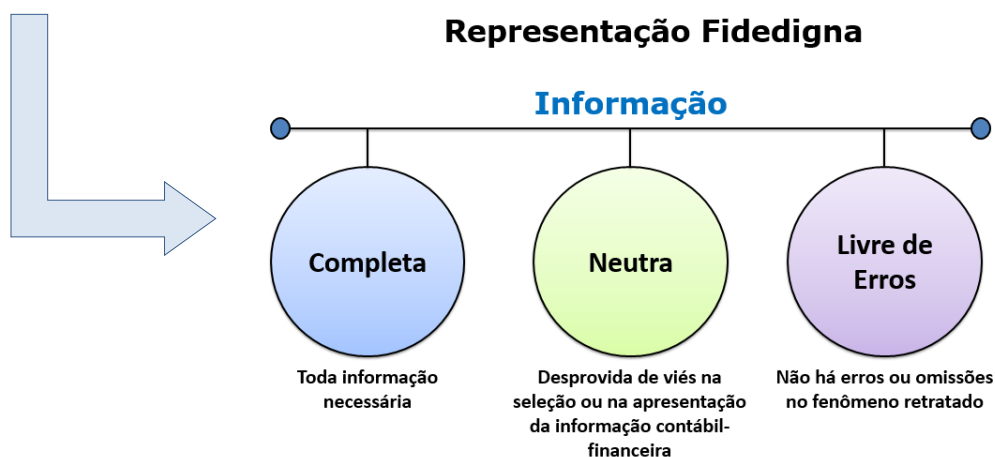
Livre de erros: não há erros ou omissões no fenômeno retratado

Não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno, e que o processo utilizado para produzir a informação relatada foi aplicado conforme descrito.

Esquemáticamente, temos:



Característica	Conceito
Relevância	Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
Representação Fidedigna	A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é <u>completa</u> , <u>neutra</u> e <u>livre de erro material</u> .



Vamos ver como pode ser exigido na sua prova!

(INÉDITA) De acordo com a Estrutura Conceitual Aplicável ao Setor Público, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é

- a) imparcial, transparente e livre de erro material.
- b) completa, tempestiva e monitorável.
- c) completa, neutra e livre de erro material.
- d) comparável, uniforme e neutra.
- e) transparente, concisa e comparável.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. **A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.**

Gabarito: C



Compreensibilidade

Segundo a Estrutura Conceitual, **a compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado**. Os RCPGs devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Por exemplo, as explicações acerca das informações financeiras e não financeiras e as informações adicionais acerca da prestação de serviços e outros resultados durante o exercício, além das expectativas para os períodos futuros, devem ser escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira **clara e sucinta**. A comparabilidade pode também aprimorar a compreensibilidade.

Segundo a Estrutura Conceitual, espera-se que os usuários dos RCPGs tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona, além de serem capazes e preparados para lerem os RCPGs e revisar e analisar a informação apresentada com a diligência apropriada. Alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são particularmente complexos e difíceis de serem representados nos RCPGs, e alguns usuários podem precisar de ajuda de assistente para auxiliá-los em sua compreensão. Todos os esforços devem ser realizados para representar os fenômenos econômicos e de outra natureza incluídos nos RCPGs de maneira que seja compreensível para a grande quantidade de usuários. Contudo, **a informação não deve ser excluída dos RCPGs somente pelo fato de ser muito complexa ou ser difícil para alguns usuários compreenderem sem a devida assistência**.



A informação não deve ser excluída dos RCPGs somente pelo fato de ser muito complexa ou ser difícil para alguns usuários compreenderem sem a devida assistência.

Veja um exemplo de questão que pode ser exigida nesse sentido.

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável às Entidades do Setor Público, todos os esforços devem ser realizados para representar os fenômenos econômicos e de outra natureza incluídos nos RCPGs de maneira que seja compreensível para a grande quantidade de usuários. Por esta razão, informações sobre assuntos complexos devem ser excluídas por serem de difícil entendimento para usuários que não tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona.

Comentários

Para fixar! A informação não deve ser excluída dos RCPGs somente pelo fato de ser muito complexa ou ser difícil para alguns usuários compreenderem sem a devida assistência.

Gabarito: Errado



Tempestividade

Segundo a Estrutura Conceitual, tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

Comparabilidade

Nos termos da Estrutura Conceitual, Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.

A Estrutura Conceitual destaca que **a comparabilidade difere da consistência**. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. **A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo.** Em alguns casos, os princípios ou políticas contábeis adotados pela entidade podem ser revisados para melhor representar determinada transação ou evento nos RCPGs. Nesses casos, a inclusão de evidenciação ou explicação adicional pode ser necessária para satisfazer às características da comparabilidade.

A comparabilidade também difere da uniformidade. Para que a informação seja comparável, coisas semelhantes devem parecer semelhantes e coisas distintas devem parecer distintas. A ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes. A comparabilidade da informação nos RCPGs não é aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas.



Comparabilidade ≠ Consistência

A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo

Comparabilidade ≠ Uniformidade

A ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes

Veja como esse ponto pode ser explorado em prova!

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável às Entidades do Setor Público, comparabilidade é a característica da informação contábil que utiliza os mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades.

Comentários



Não podemos confundir a consistência com a comparabilidade. Lembre-se que **a comparabilidade difere da consistência**. A **consistência** se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo.

Veja que o item troca a definição de comparabilidade por consistência e, portanto, está errado.

Gabarito: Errado

(INÉDITA) A consistência é um atributo que auxilia no alcance da comparabilidade, característica da informação contábil prevista pela Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público.

Comentários

Perfeito! Lembre-se que a comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. O uso dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração (consistência) auxilia na comparabilidade das informações.

Gabarito: Certo

Verificabilidade (Suportabilidade)

Segundo a Estrutura Conceitual, a verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrever esta qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs. Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, a característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que:

- a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou
- b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

A Estrutura Conceitual informa que **a verificação pode ocorrer de forma direta ou indireta**. Com a verificação direta, o montante ou outra representação podem ser verificados em si mesmos, tais como: pela contagem de caixa; pela observação de títulos negociáveis e suas cotações de preço; ou pela confirmação de que os fatores identificados que influenciaram o desempenho passado estejam presentes e relacionados com os efeitos identificados. Com a verificação indireta, o montante ou outra representação podem ser verificados ao se checar os dados e recalculando os resultados utilizando a mesma convenção ou metodologia contábil. Um exemplo corresponde à verificação do valor contábil do estoque por meio da conferência das entradas (quantidades e custos) e do recálculo do estoque final utilizando o mesmo método de mensuração (por exemplo, custo médio ou “primeiro que entra, primeiro que sai” (PEPS)).

A Estrutura Conceitual destaca que a qualidade da **verificabilidade (ou suportabilidade) não é absoluta** – alguma informação pode ser mais ou menos passível de verificação do que outra. Contudo, quanto mais verificável for a informação incluída nos RCPGs, mais se irá assegurar aos usuários de que a informação representa fielmente os fenômenos econômicos, ou de outra natureza os quais se pretende representar.





Característica	Conceito
Comparabilidade	Qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
Verificabilidade (suportabilidade)	Qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
Tempestividade	Significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (<i>accountability</i>) e tomada de decisão.
Compreensibilidade	Qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.

Agora que já estudamos as características da informação, vamos estudar os detalhes sobre as restrições das informações incluídas nos RCPGs.

Restrições acerca da informação incluída nos RCPGs

Materialidade

Segundo a Estrutura Conceitual, a informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício. A materialidade depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade. Os RCPGs podem englobar informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência e das expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro. Consequentemente, não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material.

Veja como essa restrição pode ser explorada em prova.

(INÉDITA) A Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público informa algumas restrições acerca da informação incluída nos RCPGs. Entre essas restrições está a materialidade. Sobre essa restrição julgue o item a seguir.

A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Nesse sentido, cada entidade pode especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material, considerando as suas particularidades.

Comentários



Conforme estudamos, **não é possível especificar um limite quantitativo** uniforme no qual determinada informação se torna material. Esse é o erro da questão.

Gabarito: Errado

Segundo a Estrutura Conceitual, ao se determinar se um item é material, deve-se levar em consideração questões, tais como a natureza, a legalidade, a sensibilidade e os efeitos de eventos e transações passados ou previstos; as partes envolvidas em tais transações; e as circunstâncias que deram origem a essas transações.

Custo-benefício

Segundo a Estrutura Conceitual, a informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los. Avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é, com frequência, uma questão de juízo de valor, pois não é possível identificar todos os custos e todos os benefícios da informação incluída nos RCPGs.

Os custos, para fornecerem a informação, incluem os de coleta, de processamento e de verificação e/ou de apresentação das premissas e das metodologias que dão suporte a elas, além dos de disseminação. Os usuários incorrem nos custos da análise e interpretação. A omissão da informação útil também impõe custos, inclusive aqueles em que os usuários incorrem na obtenção de informação necessária de terceiros, além dos custos advindos da tomada de decisão utilizando dados incompletos fornecidos pelos RCPGs.

A Estrutura Conceitual destaca que a aplicação da restrição custo-benefício envolve **avaliar se os benefícios de divulgar a informação provavelmente justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la**. Ao fazer essa avaliação, é necessário considerar se uma ou mais características qualitativas podem ser sacrificadas até certo ponto para reduzir o custo.

Equilíbrio entre as características qualitativas

Nos termos da Estrutura Conceitual, as características qualitativas funcionam, conjuntamente, para contribuir com a utilidade da informação. Por exemplo, nem a descrição que represente fielmente um fenômeno irrelevante, nem a descrição que represente de modo não fidedigno um fenômeno relevante resultam em informação útil. Do mesmo modo, para ser relevante, a informação precisar ser tempestiva e compreensível.

Em alguns casos, o equilíbrio ou a compensação (*trade-off*) entre as características qualitativas pode ser necessário para se alcançar os objetivos da informação contábil. A importância relativa das características qualitativas em cada situação é uma questão de juízo profissional. A meta é alcançar o equilíbrio apropriado entre as características para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.



CAPÍTULO 4 – ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Pessoal, esse capítulo é o de menor importância para fins de provas. No entanto, alguns detalhes certamente podem ser explorados, conforme destaques abaixo.

Introdução

Segundo a Estrutura Conceitual, a entidade do setor público que reporta a informação contábil é um ente governamental ou outra organização, programa ou outra área identificável de atividade (doravante referida como entidade ou entidade do setor público) que elabora os RCPGs.

A entidade do setor público que reporta a informação contábil pode compreender duas ou mais entidades que apresentem os RCPGs como se fossem uma única entidade – tal entidade é referida como grupo de entidades que reportam a informação contábil.

Características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil

Nos termos da Estrutura Conceitual, as **características-chave de entidade do setor público** que reporta a informação contábil são:

- a) ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela; e
- b) existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

A Estrutura Conceitual informa que o governo pode estabelecer e/ou funcionar por meio de unidades administrativas como, por exemplo, ministérios, secretarias ou departamentos. Ele pode funcionar também por meio de fundos, autoridades estatutárias, empresas estatais e outras entidades com identidade jurídica própria ou autonomia operacional para realizar, ou de outra maneira dar suporte à prestação de serviços à sociedade. Outras organizações do setor público, inclusive organizações internacionais do setor público e autoridades municipais, podem realizar também determinadas atividades por intermédio das entidades com identidade jurídica própria ou autonomia operacional e podem beneficiar-se e estarem sujeitas a encargo financeiro ou perda resultante das atividades.

Os RCPGs são elaborados para reportar informação útil aos usuários para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Os usuários de serviços ou os provedores de recursos são os usuários primários dos RCPGs. Consequentemente, **uma característica-chave da entidade do setor público que reporta a informação, inclusive de grupo dessas entidades, é a existência de usuários de serviços ou provedores de recursos que são dependentes dos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.**

Os RCPGs englobam as demonstrações contábeis e a informação que as aprimore, complemente e suplemente. As demonstrações contábeis apresentam informação sobre os recursos e as demandas sobre estes, além dos fluxos de caixa da entidade ou grupo de entidades que reportam a informação durante o exercício. Portanto, **para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis, a entidade que reporta a informação deve captar recursos e/ou deve utilizar recursos captados anteriormente para realizar atividades em benefício da sociedade ou em nome dela.**



A existência de usuários dos RCPGs de entidade do setor público ou grupo de entidades pressupõe a existência de entidade que tenha a responsabilidade ou a capacidade de captar ou utilizar recursos, adquirir ou administrar bens públicos, incorrer em passivos ou realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços. Quanto maiores os recursos que a entidade do setor público capta, administra e/ou tem a capacidade de utilizar, e quanto maiores as obrigações que incorre e maior o impacto econômico ou social das suas atividades, é mais provável que existam usuários de serviços ou provedores de recursos que sejam dependentes dos RCPGs para obter informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Na ausência desses fatores, em que eles não sejam significativos, é improvável que existam usuários dos RCPGs dessas entidades.

A Estrutura Conceitual destaca que a elaboração dos RCPGs não é um processo sem custos. Portanto, se a imposição de requisitos para a informação contábil pressupõe que estas devam ser eficientes e eficazes, é importante que seja exigido que **os RCPGs sejam elaborados somente pelas entidades do setor público para as quais existam usuários.**

Em muitos casos, é clara a existência, ou não, de usuários de serviços ou de provedores de recursos que dependam dos RCPGs para fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Por exemplo, tais usuários, provavelmente, existem para os RCPGs de governo em nível nacional, estadual ou municipal e para as organizações internacionais do setor público. Isso porque esses governos e organizações normalmente têm a capacidade de captar recursos substanciais e/ou empregar esses recursos em nome da sociedade, incorrer em responsabilidades e impactar o bem-estar econômico e/ou social das comunidades que dependem deles para a prestação de serviços.

Contudo, nem sempre está claro se há usuários de serviços ou provedores de recursos que dependam dos RCPGs de, por exemplo, departamentos ou órgãos individuais do governo, programas especiais ou áreas identificáveis de atividades com informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Determinar se essas organizações, programas ou atividades devem ser identificados como entidades que reportam a informação e, conseqüentemente, serem exigidas a elaborarem os RCPGs envolve o exercício de julgamento profissional.

O governo e algumas outras entidades do setor público têm identidade e enquadramento legal específicos (personalidade jurídica). Entretanto, as organizações, os programas e as atividades do setor público sem personalidade jurídica também podem captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações, realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços ou, de outra maneira, implementar a política governamental. Os usuários de serviços e os provedores de recursos podem depender dos RCPGs para obter informação para os fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Conseqüentemente, **a entidade que reporta a informação contábil do setor público pode ter personalidade jurídica específica ou ser, por exemplo, organização, acordo administrativo ou programa sem personalidade jurídica.**

Veja como esses detalhes previstos neste capítulo da Estrutura Conceitual podem ser explorados em prova.

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, a entidade que reporta a informação contábil do setor público pode ter personalidade jurídica específica. Uma organização, acordo administrativo ou programa sem personalidade jurídica são exemplos de entidades que reportam informação contábil do setor público.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, a entidade do setor público que reporta a informação contábil é um ente governamental ou outra organização, programa ou outra área identificável de atividade (doravante referida como entidade ou entidade do setor público) que elabora os RCPGs.



Os usuários de serviços e os provedores de recursos podem depender dos RCPGs para obter informação para os fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Consequentemente, **a entidade que reporta a informação contábil do setor público pode ter personalidade jurídica específica ou ser, por exemplo, organização, acordo administrativo ou programa sem personalidade jurídica.**

Gabarito: Certo

CAPÍTULO 5 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os elementos definidos neste capítulo da Estrutura Conceitual são:

- a) ativo;
- b) passivo;
- c) receita;
- d) despesa;
- e) contribuição dos proprietários;
- f) distribuição aos proprietários.

Apesar de não constar na lista acima, a Estrutura Conceitual retorna também a definição de “situação líquida” ou patrimônio líquido.

As definições de ativo, passivo e situação líquida já estudamos em nosso curso. No entanto, vamos abordar novamente aqui para fins de fixação e revisão.

Ativo

Segundo a Estrutura Conceitual do Setor Público,

ATIVO é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Nos termos da Estrutura Conceitual, recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

A Estrutura Conceitual destaca que a forma física não é uma condição necessária para um recurso.

Pessoal, essa definição possui três características que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício econômico futuro ou potencial de serviços**, ser **controlado pela entidade** e ser **resultante de um evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto. Sendo assim, passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de ativo.

Futuro benefício econômico: o futuro benefício econômico é a essência de um ativo e refere-se ao potencial de contribuição, seja direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalente de caixa da entidade. Este benefício pode ser sob a forma de algo que será convertido em caixa ou que pode reduzir as saídas de caixa. Sendo assim, os ativos podem dar origem a benefício econômico quando são:



- usados na produção de estoques ou serviços vendidos pela entidade (empresas estatais);
- trocados por outros ativos;
- usados para reduzir um passivo;

Imagine que a empresa estatal tenha uma duplicata a receber resultante de uma venda a prazo. Caso o cliente esteja falido, essa duplicata é somente um papel sem possibilidade de obter benefício futuro. Portanto, nesse caso, essa duplicata não é um ativo.

Outro exemplo seria o caso de uma máquina sem nenhuma perspectiva de uso por parte da entidade e sem possibilidade de ter um comprador. Perceba que, nesse caso, essa máquina não pode ser considerada como um ativo, pois não há possibilidade de obter benefício econômico futuro.

Portanto, caro estudante, perceba que a condição de algo ser “bens e direitos” não garante, por si só, que seja um ativo. Os exemplos acima mostram situações em que existe um bem e o mesmo não pode ser considerado um ativo.

Segundo a Estrutura Conceitual do Setor Público,

Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa. As entradas de caixa (ou as reduções das saídas de caixa) podem derivar, por exemplo:
a) da utilização do ativo na produção e na venda de serviços; ou
b) da troca direta do ativo por caixa ou por outros recursos.

Potencial de Serviços: não podemos esquecer que, diferentemente da Contabilidade Geral, no conceito presente na Estrutura Conceitual há a figura do **potencial de serviços**. Veja que o termo “recurso” usado no conceito é um item com potencial de serviços **OU** com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

Em uma análise preliminar poderíamos afirmar que mesmo não havendo benefício econômico futuro, presentes as demais características poderíamos considerar determinado bem/direito como um ativo desde que resulte em potencial de serviços, não é mesmo?

Ocorre que esse conceito deve ser interpretado juntamente com os critérios de reconhecimento que estudaremos na sequência. Um dos critérios é justamente a geração de benefícios econômicos futuros. Logo, para ser reconhecido como ativo o bem/direito deve sim gerar benefício econômico futuro.

Nos termos da Estrutura Conceitual do Setor Público, o **potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade**. O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa.

Segundo a Estrutura Conceitual, o potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização. Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:

- a) utilizar o recurso para a prestação de serviços (inclusive bens);
- b) utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços como, por exemplo, arrendamento mercantil;
- c) converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;
- d) beneficiar-se da valorização do recurso; ou
- e) receber fluxos de caixa.

Ainda, segundo a Estrutura Conceitual, os ativos do setor público que ensejam potencial de serviços podem ser representados pelos ativos de recreação, do patrimônio cultural, comunitários, de defesa nacional e



outros que sejam mantidos pelos governos e outras entidades do setor público e que sejam utilizados para a prestação de serviços a terceiros. Tais serviços podem ser para consumo coletivo ou individual. Vários serviços podem ser fornecidos em áreas onde não haja concorrência de mercado ou concorrência limitada de mercado. A utilização e a alienação de tais ativos podem ser restritas, já que muitos ativos que ensejam potencial de serviços são especializados por natureza.

Controle pela entidade: segundo a Estrutura Conceitual, a entidade deve ter o controle do recurso. O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar terceiros na sua utilização) de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.

O controle pela entidade refere-se ao fato de que o benefício futuro deve ser controlado por uma entidade em particular. Perceba que a definição não utiliza o termo propriedade, desvinculando a parte legal da econômica. Trata-se da essência sobre a forma. O exemplo clássico citado pela doutrina é o arrendamento financeiro, em que os bens pertencem ao arrendador, porém ficam sob controle do arrendatário, além de todos os riscos e benefícios decorrentes, devendo, portanto, serem contabilizados como ativo pelo arrendatário.

Nesse sentido, a Estrutura Conceitual assim se manifesta:

A propriedade legal do recurso, tal como terreno ou equipamento, é um dos métodos para se verificar o potencial de serviços ou os benefícios econômicos de um ativo. No entanto, os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos podem existir sem que se verifique a propriedade legal do recurso. Por exemplo, os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos por meio da manutenção e utilização de item patrimonial arrendado são verificados sem que haja a propriedade legal do próprio item arrendado. Portanto, a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo. No entanto, a propriedade legal é um indicador de controle.

Nos termos da Estrutura Conceitual, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- a) propriedade legal;
- b) acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;
- c) meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos; ou
- d) a existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

A Norma destaca que embora esses indicadores não sejam determinantes conclusivos acerca da existência do controle, sua identificação e análise podem subsidiar essa decisão.

Resultado de eventos passados: o ativo é resultado de um evento já ocorrido. A presença desse termo evita a inclusão dos denominados ativos contingentes como ativo da entidade. Imagine um imóvel que a entidade ainda não adquiriu. Nesse caso, esse recurso ainda não pode ser considerado um ativo, haja vista que ainda não ocorreu a compra do imóvel, mesmo que já esteja aprovado no orçamento.

Nos termos da Estrutura Conceitual, a definição de ativo exige que o recurso controlado pela entidade no presente tenha surgido de transação ou outro evento passado. Podem existir diversas transações passadas ou outros eventos que resultem no ganho do controle do recurso pela entidade e, por conseguinte, o caracterize como ativo. As entidades podem obter ativos por intermédio da sua compra em transação com



contraprestação, bem como pelo seu desenvolvimento. Os ativos também podem surgir de transações sem contraprestação, inclusive por meio do exercício dos direitos soberanos. O poder de tributar ou emitir licenças, acessar, restringir ou negar acesso aos benefícios oriundos de recursos intangíveis como, por exemplo, o espectro eletromagnético (bandas de frequência de transmissões de telecomunicações), são exemplos dos poderes específicos do setor público e dos direitos que podem dar origem a ativos. Ao se avaliar o surgimento do direito de controle de recursos, os seguintes eventos devem ser considerados: (a) a capacidade geral para exercer o poder; (b) a constituição de poder por meio de lei, estatuto ou instrumento congênere; (c) o exercício do poder de criar um direito; e (d) o evento que dá origem ao direito de receber recursos de terceiros. O ativo surge quando o poder for exercido e os direitos de receber recursos existirem.

Passivo

Segundo Estrutura Conceitual do Setor Público,

PASSIVO é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Assim como no ativo, a definição pode ser dividida em três elementos fundamentais: é uma **obrigação presente da entidade, resulta de eventos passados e a extinção deve resultar na saída de recursos da entidade**. Portanto, algo só pode ser considerado passivo quando cumprir as três condições em conjunto. Sendo assim, passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de passivo.

Obrigação presente: segundo a Estrutura Conceitual, obrigação presente é uma **obrigação que ocorre por força de lei** (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) **ou uma obrigação que não ocorre por força de lei** (obrigação não legalmente vinculada), **as quais não possam ser evitadas pela entidade**.

Imagine a situação de um passivo em que a entidade já quitou a dívida. Nesse caso, isso não pode contar no balanço como um passivo, haja vista que não representa uma obrigação atual.

O MCASP destaca que uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por mercadorias e serviços recebidos.

Resultado de eventos passados: Imagine a seguinte hipótese. Uma empresa necessitando de recursos vai até uma instituição financeira para obter um empréstimo. Para tanto, efetua seu cadastro, preenche os formulários necessários e tem seu cadastro aprovado. Apesar de todos os trâmites terem sido cumpridos, além do desejo de os administradores captarem o empréstimo, esse ainda não foi assinado, inexistindo um evento passado, no caso a assinatura do contrato. Sendo assim, nessa situação, não podemos classificar esse fato como passivo.

Segundo a Estrutura Conceitual,

Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de transação ou de outro evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta. A complexidade inerente ao setor público faz com que eventos diversos referentes ao desenvolvimento, implantação e execução de determinado programa ou atividade possam gerar obrigações. Para fins de elaboração e divulgação da informação contábil, é necessário determinar se tais compromissos e obrigações, inclusive aqueles que não possam ser evitados pela entidade, mas que não ocorrem por força de lei (obrigações não legalmente vinculadas), são obrigações presentes e satisfazem a definição de passivo. Quando



a transação tem forma jurídica e é vinculada, tal como um contrato, o evento passado pode ser identificado de forma inequívoca. Em outros casos, pode ser mais difícil identificar o evento passado e é necessário fazer uma avaliação de quando a entidade tem pouca ou nenhuma alternativa realista de evitar a saída de recursos. Ao se fazer tal avaliação, fatores jurisdicionais devem ser levados em consideração pela entidade.

Extinção deve resultar na saída de recursos da entidade: nos termos da Estrutura Conceitual, **um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto**. Nesse sentido, a Norma destaca que **a obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo**.

Para os fins da Estrutura Conceitual, os termos “liquidado” ou “liquidação” não se confundem com os termos correspondentes utilizados na execução orçamentária, conforme legislação brasileira sobre orçamento.

O passivo pressupõe não ser possível evitar a obrigação. Destaca-se que o pagamento da obrigação pode ser realizada de diversas formas, por exemplo, pagamento em dinheiro, transferência de outros ativos, prestação de serviços, substituição de uma obrigação por outra, entre outras.

Situação Patrimonial Líquida (Patrimônio Líquido)

Segundo a Estrutura Conceitual,

SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos* e a dedução de outras obrigações*, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

* **Outros Recursos e Outras Obrigações** → segundo a Estrutura Conceitual, em alguns casos, ao se desenvolver ou revisar uma NBC TSP, pode-se determinar que, para alcançar os objetivos da informação contábil, o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual precise ser reconhecido nas demonstrações contábeis. Nesses casos, as NBCs TSP podem exigir ou permitir que esses recursos ou obrigações sejam reconhecidos como **outros recursos ou outras obrigações**, os quais são itens adicionais aos seis elementos definidos na Estrutura Conceitual.

Perceba que essa definição mostra o patrimônio líquido em função de definições prévias estudadas anteriormente, de ativo e passivo. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de uma **definição residual**.

Quando o valor do passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado passivo a descoberto.

Receita e Despesa

Segundo a Estrutura Conceitual,

RECEITA corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

DESPESA corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.



A Estrutura Conceitual destaca que receitas e despesas originam-se de transações com contraprestação e sem contraprestação, de outros eventos, tais como:

- aumentos e decréscimos não realizados de ativos e passivos;
- do consumo dos ativos por meio da depreciação; e
- da redução do potencial de serviços e da capacidade de gerar benefícios econômicos por meio da redução ao valor recuperável.

Receitas e despesas podem ser originadas de transações individuais ou de grupos de transações.

Superávit ou déficit do exercício

Segundo a Estrutura Conceitual, o superávit ou o déficit da entidade para o exercício é a diferença entre as receitas e as despesas que constam na demonstração que evidencia o desempenho das entidades do setor público (Demonstração das Variações Patrimoniais).

Contribuição dos proprietários e distribuição aos proprietários

Segundo a Estrutura Conceitual, **contribuição dos proprietários** corresponde à entrada de recursos para a entidade a título de contribuição de partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.

Já a **distribuição aos proprietários** corresponde à saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

A Estrutura Conceitual informa que a contribuição dos proprietários pode tomar a forma de aporte inicial de recursos na criação da entidade ou de aporte de recursos subsequente, inclusive quando da reestruturação da entidade.

Já a distribuição aos proprietários pode ser:

- o retorno sobre investimento;
- o retorno total ou parcial de investimentos; ou
- no caso da extinção ou reestruturação da entidade, o retorno de qualquer recurso residual.



CAPÍTULO 6 – RECONHECIMENTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo a Estrutura Conceitual identifica os critérios que devem ser satisfeitos para que um elemento seja reconhecido nas demonstrações contábeis.

Vale destacar que o **reconhecimento** é o processo de incorporar e de incluir um item, expresso em valores a serem demonstrados no corpo da demonstração contábil apropriada, que satisfaça a definição de elemento e possa ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação incluída nos RCPGs.

A Estrutura Conceitual destaca que o reconhecimento envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. As condições que dão origem à incerteza, se existirem, podem mudar. Portanto, é importante que a incerteza seja avaliada em cada data de divulgação do relatório.



Segundo a Estrutura Conceitual, o item (ativo ou passivo) deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis quando:

- a) satisfizer a definição de elemento; e
- b) puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação incluída nos RCPGs.

A Estrutura Conceitual destaca que **todos os itens que satisfaçam os critérios de reconhecimento são inseridos nas demonstrações contábeis**. Em algumas circunstâncias, determinada NBC TSP pode também especificar que, para alcançar os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, um recurso ou obrigação que não satisfaça a definição de elemento deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis desde que possa ser mensurado de maneira que satisfaça as características qualitativas e as restrições sobre a informação incluída nos RCPGs. Trata-se do que a Estrutura Conceitual denomina de “Outros recursos e outras obrigações”.

Por fim, a Estrutura Conceitual destaca que o **desreconhecimento** é o processo de avaliar se ocorreram mudanças, desde a data do relatório anterior, que justifiquem a remoção de elemento que tenha sido previamente reconhecido nas demonstrações contábeis, bem como remover esse item se tais mudanças ocorrerem. Ao se avaliar a incerteza sobre a existência do elemento, os mesmos critérios devem ser utilizados para o desreconhecimento, tais como aqueles utilizados no reconhecimento inicial.



CAPÍTULO 7 – MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo a Estrutura Conceitual identifica os conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos para as NBCs TSP e pelos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis quando não existirem regramentos específicos constantes das NBCs TSP.

Objetivo da mensuração

Segundo a Estrutura Conceitual, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

A Estrutura Conceitual nos informa que a seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para satisfazer aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público ao fornecer informação que possibilita os usuários avaliarem:

- o custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais;
- a capacidade operacional – a capacidade da entidade em dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros; e
- a capacidade financeira – a capacidade da entidade em financiar as suas próprias atividades.

A Estrutura Conceitual destaca que a seleção da base de mensuração também pressupõe a avaliação do grau de observância das características qualitativas enquanto considera as restrições sobre a informação nos RCPGs.

Bases de mensuração e sua seleção

A estrutura conceitual não propõe uma única base de mensuração (ou a combinação de bases de mensuração) para todas as transações, eventos e condições. Ela fornece orientação na seleção da base de mensuração para ativos e passivos.

Nesse sentido, as seguintes **bases de mensuração para os ativos** são identificadas e discutidas à luz da informação que fornecem sobre o custo de serviços prestados, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade, além da extensão na qual fornecem informação que satisfaça as características qualitativas:

- custo histórico;
- valor de mercado (*);
- custo de reposição ou substituição;
- preço líquido de venda;
- valor em uso.

* A estrutura conceitual não propôs o valor justo (*fair value*) como uma das bases de mensuração para ativos e passivos. Em substituição, propôs o valor de mercado, o qual foi definido do mesmo modo que o valor justo, ou seja, o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo extinto, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em transação sem favorecimentos.



As seguintes **bases de mensuração dos passivos** são identificadas e discutidas à luz da informação que fornecem sobre o custo dos serviços prestados, da capacidade operacional e da capacidade financeira da entidade, e da extensão na qual fornecem informação que satisfaça as características qualitativas:

- Custo histórico;
- Custo de cumprimento da obrigação;
- Valor de mercado;
- Custo de liberação; e
- Preço presumido.

Pessoal, nesse ponto vislumbro uma forma básica de exigência em prova, conforme questão abaixo.

(INÉDITA) A Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público identifica os conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos para as NBCs TSP. Acerca do assunto assinale a opção que não descreve uma base de mensuração dos ativos:

- a) Custo histórico
- b) Valor de mercado
- c) Preço líquido de venda
- d) Custo de liberação
- e) Custo de substituição

Comentários

O custo de liberação é uma base de mensuração do passivo e não do ativo. Veja que é muito simples elaborar uma questão nesse sentido. Logo, é básico saber quais são as bases de mensuração do ativo e do passivo.

Gabarito: D

Vamos estudar os detalhes previstos na Estrutura Conceitual para cada uma dessas bases!

Bases de mensuração do ativo

Custo Histórico

Custo histórico de um ativo é a importância fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

O termo “custo histórico” também pode ser apresentado como “modelo de custo” ou, genericamente, como “mensuração baseada em custos”.

Custo histórico é o valor de entrada, específico para a entidade.

Segundo a Estrutura Conceitual, no modelo do custo histórico, os ativos devem ser inicialmente reconhecidos pelo custo incorrido na sua aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esse custo pode ser alocado como despesa do exercício na forma de depreciação ou amortização para determinados ativos, à medida que o potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos fornecidos por tais ativos são consumidos durante a sua vida útil. **Após o reconhecimento inicial, a mensuração de ativo não é alterada para refletir as mudanças nos preços ou aumentos no valor do ativo.**



Além disso, a Estrutura Conceitual informa que, no modelo do custo histórico, **o montante do ativo pode ser reduzido ao se reconhecer a redução ao valor recuperável**. O referido ajuste corresponde à extensão na qual o potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos fornecidos por ativo diminuiu devido às mudanças nas condições econômicas ou em outras condições, as quais são distintas do seu consumo. Isso envolve avaliações da capacidade de recuperação. Por outro lado, o montante do ativo pode ser aumentado para refletir o custo das adições e aprimoramentos (excluindo aumentos de preço para os ativos sem melhorias) ou outros eventos como, por exemplo, o incremento do valor de face de ativo financeiro.



Os aumentos no valor do ativo não são refletidos no modelo do custo histórico. No entanto, o montante do ativo pode ser reduzido ao se reconhecer a redução ao valor recuperável.

Aplicações das características qualitativas

Segundo a Estrutura Conceitual, os montantes derivados do modelo do custo histórico são, geralmente, **representações fidedignas** na medida em que representam o que pretendem representar, isto é, o custo de se adquirir ou desenvolver um ativo baseado nas transações efetivamente ocorridas. No entanto, a Estrutura Conceitual informa que as estimativas de depreciação e redução ao valor recuperável utilizadas no modelo do custo histórico, particularmente para ativos não geradores de caixa, podem afetar a fidedignidade da representação da informação.

Pelo fato da aplicação do custo histórico geralmente refletir os recursos consumidos com referência às transações efetivamente ocorridas, as medidas dessa aplicação são **verificáveis, compreensíveis** e podem ser elaboradas em **tempo hábil (tempestivas)**.

A informação do custo histórico é **comparável** na extensão em que os ativos tenham a mesma data de aquisição ou data similar. Como o custo histórico não reflete o impacto das mudanças do preço, não é possível comparar os montantes dos ativos que foram adquiridos em épocas distintas quando os preços variarem significativamente.

Mensurações a valor corrente

A Estrutura Conceitual destaca que as outras bases de mensuração dos ativos são bases de mensuração a valor corrente:

- valor de mercado;
- custo de reposição ou substituição;
- preço líquido de venda; e
- valor em uso.

Nos termos da Estrutura Conceitual, as mensurações a valor corrente refletem o ambiente econômico vigente na data de apresentação do relatório.

Pessoal, aqui vislumbro outra oportunidade fácil de o examinador explorar em sua prova, conforme questão abaixo.



(INÉDITA) Tomando-se como base a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, assinale a opção que não descreve uma base de mensuração a valor corrente para os ativos:

- a) custo histórico
- b) valor de mercado;
- c) custo de reposição ou substituição;
- d) preço líquido de venda; e
- e) valor em uso.

Comentários

Apenas o custo histórico não é uma base de mensuração a custo corrente para os ativos.

Gabarito: A

Vamos estudar os detalhes de cada uma dessas bases de mensuração a valor corrente para os ativos.

Valor de Mercado

Segundo a Estrutura Conceitual, valor de mercado para ativos é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado.

A norma destaca que **na aquisição o valor de mercado e o custo histórico são os mesmos**, caso os custos da transação sejam ignorados e a transação seja uma transação com contraprestação.

Valores de mercado em mercado aberto, ativo e organizado

Segundo a Estrutura Conceitual, os mercados abertos, ativos e organizados têm as seguintes características:

- a) não existem barreiras que impeçam a entidade de realizar transações no mercado;
- b) eles são mercados ativos e, assim, há frequência e volume suficientes de transações para fornecer informação sobre o valor; e
- c) eles são organizados, com compradores e vendedores bem informados, agindo sem impulsos, de modo a haver garantia de imparcialidade na determinação dos preços correntes, inclusive que os preços não representem vendas precipitadas.

A Estrutura Conceitual informa que mercado organizado é aquele que funciona de maneira confiável, segura, precisa e eficiente. Tais mercados lidam com ativos que são idênticos e, portanto, mutuamente intercambiáveis como, por exemplo, *commodities*, moedas e títulos em que os preços são públicos. Na prática, poucos mercados, se houver, exibem plenamente todas essas características, mas alguns poderão se aproximar de mercado organizado tal como descrito.

Valores de mercado em que os mercados não podem ser considerados abertos, ativos e organizados

Segundo a Estrutura Conceitual, os mercados de ativos que sejam únicos e raramente comercializados não são abertos, ativos e organizados, ou seja, quaisquer compras e vendas são negociadas individualmente e pode haver grande amplitude de valores pelos quais uma transação pode ser acordada. Portanto, os participantes incorrem em custos significativos para comprar ou vender um ativo. Em tais circunstâncias, é necessário utilizar uma estimativa do valor de venda, à data de mensuração e conforme as condições presentes de mercado.



Aplicação das características qualitativas

Segundo a Estrutura Conceitual, os valores determinados em mercados abertos, ativos e organizados podem ser prontamente utilizados para fins de elaboração e divulgação da informação contábil. Nesses casos, a informação irá satisfazer as características qualitativas, isto é, é **relevante, fidedignamente representada, compreensível, comparável e verificável**. Em tais condições de mercado, os valores de entrada e de saída podem ser assumidos como sendo os mesmos ou muito semelhantes. Pelo fato de ser em tempo hábil, tal informação, provavelmente, também é **tempestiva**.

A extensão na qual os valores de mercado satisfazem as características qualitativas diminui na medida em que a qualidade das evidências de mercado diminui e a determinação de tais valores é baseada em estimativas. Nesse sentido, a Estrutura Conceitual destaca que **os valores de mercado baseados em valores de saída somente são relevantes para avaliações da capacidade financeira e, não, para as avaliações dos custos dos serviços e da capacidade operacional**.

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, os valores de mercado baseados em valores de saída são relevantes para avaliações da capacidade financeira, para as avaliações dos custos dos serviços e para a avaliação da capacidade operacional, desde que o mercado seja aberto, ativo e organizado, caso em que a informação irá satisfazer as características qualitativas.

Comentários

Esse é o típico item que induz muita “gente boa” ao erro. O examinador tenta tirar o foco do candidato do erro que está no item, inserindo uma condição “bonita” para o item. Observe a arquitetura da questão:

Segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, os valores de mercado baseados em valores de saída são relevantes para avaliações da capacidade financeira, ~~para as avaliações dos custos dos serviços e para a avaliação da capacidade operacional~~ [aqui está o erro, pois os valores de mercado não são relevantes para avaliar os custos dos serviços e a capacidade operacional], desde que o mercado seja aberto, ativo e organizado, caso em que a informação irá satisfazer as características qualitativas. [aqui o examinador insere uma condição “bonita”, ou seja, que realmente nos traz uma verdade, para desviar o foco do erro e, claro, induzir o(a) candidato(a) a marcar o item como correto. Realmente se o mercado for aberto, ativo e organizado, a informação irá satisfazer as características qualitativas, não é mesmo?]

Fica na paz, porque esse tipo de percepção você adquire após resolver centenas de questões (principalmente ao estilo certo/errado).

Gabarito: Errado

Custo de reposição ou substituição

Segundo a Estrutura Conceitual, custo de reposição(*) ou substituição é o **custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo (inclusive o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil) na data do relatório**.

* A norma destaca que o termo completo é “custo de reposição depreciado otimizado”, que se refere à reposição do potencial de serviços incorporado em ativo e, não, o próprio ativo. O termo “custo de reposição” foi utilizado para fins da Estrutura Conceitual.

A Estrutura Conceitual informa que o custo de reposição difere do valor de mercado porque:



- a) no contexto do setor público, é, explicitamente, um valor de entrada que reflete o custo de reposição do potencial de serviços do ativo;
- b) inclui todos os custos que seriam, necessariamente, incorridos na reposição do potencial de serviços do ativo; e
- c) é específico à entidade e, portanto, reflete a posição econômica da entidade em vez da posição predominante em mercado hipotético. Por exemplo, o custo de reposição de veículo é menor para a entidade que normalmente adquire grande número de veículos em uma única transação e é capaz de negociar descontos do que para a entidade que compra os veículos individualmente.

Como as entidades normalmente adquirem os seus ativos pelo meio mais econômico disponível, o custo de reposição reflete o processo de compra ou de construção que a entidade geralmente observa. O custo de reposição reflete a substituição do potencial de serviços no curso normal das operações e, não, os custos que poderiam ser incorridos caso surgisse a necessidade urgente resultante de evento imprevisível, tal como um incêndio.

A Estrutura Conceitual destaca que o custo de reposição corresponde ao custo para substituir o potencial de serviços do ativo. O custo de reposição adota a abordagem otimizada e difere do custo de reprodução, que é o custo de se adquirir um ativo idêntico. Ainda que, em muitos casos, a substituição mais econômica do potencial de serviços corresponda à compra de ativo semelhante ao que é controlado, o custo de reposição se baseia em ativo alternativo caso forneça o mesmo potencial de serviços, com custo menor. Para os fins da informação contábil, portanto, é necessário evidenciar a diferença no potencial de serviços entre o ativo existente e o ativo substituto.

Podem existir casos em que o custo de reposição seja igual ao custo de reprodução. Isto é, a maneira mais econômica de se substituir o potencial de serviços é reproduzir o ativo.

O potencial de serviços apropriado é aquele no qual a entidade seja capaz de utilizar ou espera utilizar, tendo em vista a necessidade de se manter capacidade de serviços suficiente para lidar com as contingências. Dessa maneira, **o custo de reposição do ativo reflete a redução na capacidade de serviço exigida**. Por exemplo, se a entidade possui uma escola que comporte quinhentos alunos, mas, devido a mudanças demográficas desde a sua construção, seja adequada uma escola para cem alunos para as necessidades atuais e razoavelmente requeridas, o custo de reposição do ativo é aquele de uma escola para cem alunos.

Em alguns casos, o valor a ser obtido do ativo será maior do que o seu custo de reposição. Contudo, não seria apropriado mensurar o ativo por aquele valor (valor a maior da obtenção), uma vez que ele inclui os benefícios das atividades futuras, em vez do potencial de serviços na data do relatório. O custo de reposição representa o maior valor potencial do ativo, já que, por definição, a entidade deve ser capaz de assegurar o potencial de serviços equivalente ao incorrer no custo de reposição.

Veja como esse ponto pode ser explorado na sua prova!

(INÉDITA) Determinada entidade necessita substituir um ativo para que seja mantido o potencial de serviços inerente a este ativo. Nesse sentido, verificou que o valor a ser obtido do ativo será maior do que o seu custo de reposição/substituição. Nessa situação, segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, é apropriado a entidade mensurar o ativo pelo valor da obtenção, uma vez que ele inclui os benefícios das atividades futuras.

Para fixar! Segundo a Estrutura Conceitual, em alguns casos, o valor a ser obtido do ativo será maior do que o seu custo de reposição. Contudo, **não seria apropriado mensurar o ativo por aquele valor (valor a maior da obtenção), uma vez que ele inclui os benefícios das atividades futuras, em vez do potencial de serviços na data do relatório.**



Gabarito: Errado

Capacidade operacional

Em princípio, o custo de reposição **fornece uma medida útil dos recursos disponíveis para prestar os serviços no futuro**, uma vez que está centrado no valor atual dos ativos e o seu potencial de serviços para a entidade.

Capacidade financeira

O **custo de reposição** não fornece informação sobre os montantes que seriam recebidos na venda de ativos. Portanto, **não facilita a avaliação da capacidade financeira**.

Mais um ponto que facilmente pode ser explorado em prova!

(INÉDITA) O custo de reposição/substituição de um ativo não facilita a avaliação da capacidade financeira da entidade, no entanto fornece uma medida útil dos recursos disponíveis para prestar os serviços no futuro e, portanto, é relevante para avaliações do custo dos serviços e da capacidade operacional.

Comentários

Perfeito! É isso que nos informa a Estrutura Conceitual!



O custo de reposição é relevante para avaliações do custo dos serviços e da capacidade operacional, mas não é relevante para avaliações da capacidade financeira.

Gabarito: Certo

Preço líquido de venda

Segundo a Estrutura Conceitual, preço líquido de venda é o montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.

A Estrutura Conceitual destaca que **o preço líquido de venda é diferente do valor de mercado**, uma vez que não exige mercado aberto, ativo e organizado ou estimativa de preço em tal mercado e que inclua os gastos para a venda da entidade. Portanto, **o preço líquido de venda reflete as restrições na venda e é específico à entidade**.

A utilidade potencial de mensurar ativos pelo preço líquido de venda é que o ativo não pode valer menos para a entidade do que o montante que ela poderia obter na venda do ativo. Entretanto, não é apropriado como base de mensuração se a entidade for capaz de utilizar os seus recursos de maneira mais eficiente ao empregar o ativo de outra maneira, por exemplo, ao utilizá-lo na prestação de serviços.

Custo dos serviços

Segundo a Estrutura Conceitual, **não é apropriado quantificar o custo da prestação de serviços pelo preço líquido de venda**. Tal abordagem envolveria a utilização do valor de saída como base da despesa evidenciada.

Capacidade operacional



O registro de ativos mantidos para utilização na prestação de serviços ao **preço líquido de venda não fornece informação útil para a avaliação da capacidade operacional**. O preço líquido de venda demonstra o montante que poderia ser obtido na venda do ativo em vez do valor do potencial de serviços que poderia ser obtido daquele ativo.

Capacidade financeira

Conforme observado anteriormente, a avaliação da capacidade financeira exige informação sobre o montante que seria recebido na venda do ativo. Tal informação é fornecida pela utilização do preço líquido de venda. Entretanto, essa mensuração não é relevante para ativos que podem gerar potencial de serviços mais significativos ao continuar utilizando-os para prestar serviços.

Aplicação das características qualitativas

Segundo a Estrutura Conceitual, o preço líquido de venda fornece informação relevante somente quando o emprego mais eficiente para a entidade, sob o ponto de vista dos recursos, for vender o ativo.

A norma destaca que o preço líquido de venda geralmente fornece informação compreensível e, na maioria dos casos em que é relevante, o preço líquido de venda cumpre as características qualitativas da representação fidedigna, da verificabilidade e da tempestividade.

Valor em uso

Segundo a Estrutura Conceitual, valor em uso é o valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso este continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.

Trata-se de um valor específico à entidade que reflete o montante que pode ser obtido do ativo por meio da sua operação e de sua alienação ao final da sua vida útil.

A Estrutura Conceitual destaca algumas restrições no uso do valor em uso como base de mensuração:

a) o valor que deriva do ativo é, muitas vezes, maior do que seu custo de reposição – normalmente é, também, maior do que o seu custo histórico. Quando for esse o caso, evidenciar o ativo pelo seu valor em uso é de utilidade limitada, uma vez que, por definição, a entidade é capaz de garantir o potencial de serviços equivalente pelo custo de reposição;

b) o valor em uso também não é base de mensuração apropriada quando for menor que o preço líquido de venda, já que, nesse caso, o uso mais eficiente do ativo é vendê-lo em vez de continuar a utilizá-lo.

Nesse sentido, a norma conclui que **o valor em uso é apropriado quando for menor do que o custo de reposição e maior do que o seu preço líquido de venda**. Isso ocorre quando não vale a pena substituir o ativo, mas o valor do seu potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos for maior do que o seu preço líquido de venda. Em tais circunstâncias, o valor em uso representa o valor do ativo para a entidade.

(INÉDITA) Segundo a Estrutura Conceitual aplicável ao Setor Público, o valor em uso é apropriado quando for maior do que o custo de reposição e menor do que o seu preço líquido de venda.

Comentários

É o contrário!





O valor em uso é apropriado quando for menor do que o custo de reposição e maior do que o seu preço líquido de venda.

Lembre-se que se o preço líquido de venda for maior, é mais interessante para a entidade vender o ativo do que continuar usando.

Da mesma forma, se o custo de reposição for menor do que o valor em uso, a entidade é capaz de garantir o potencial de serviços equivalente pelo custo de reposição e, portanto, o valor em uso como base de mensuração é de utilidade limitada.

Gabarito: Errado

Custo dos serviços, capacidade operacional e capacidade financeira

Segundo a Estrutura Conceitual, dada a sua complexidade potencial, a sua aplicabilidade limitada e o fato de que a sua operacionalização no contexto do setor público para ativos não geradores de caixa envolve, subsidiariamente, a utilização do custo de reposição, **em regra, o valor em uso é inapropriado para determinar o custo dos serviços e sua utilidade para avaliações da capacidade operacional é limitada** e provavelmente só deve ser significativa em circunstâncias atípicas quando as entidades têm grande número de ativos que não se justifique substituir, mas o seu valor em uso é maior do que o seu preço líquido de venda. Esse pode ser o caso, por exemplo, da descontinuidade da prestação do serviço no futuro, em que os recursos advindos da venda imediata sejam menores do que o potencial de serviços gerado pelos ativos. O valor em uso não envolve uma estimativa do montante líquido que a entidade receberá pela alienação do ativo. Entretanto, **a sua aplicabilidade limitada reduz a sua relevância para as avaliações da capacidade financeira.**

Aplicação das características qualitativas

Segundo a Estrutura Conceitual, enquanto o valor em uso pode ser utilizado nas avaliações de determinadas perdas por redução ao valor recuperável, **a sua relevância para a informação contábil é limitada**, pois o valor em uso somente é apropriado quando for menor do que o custo de reposição e maior do que o seu preço líquido de venda. Além disso, a Estrutura Conceitual destaca que o método de se determinar o valor em uso reduz a sua representação fidedigna em muitos casos. Afeta também a tempestividade, a comparabilidade, a compreensibilidade e a verificabilidade da informação elaborada com base no valor em uso.

Bem... agora que já detalhamos todas as bases de mensuração aplicáveis aos ativos, vamos estudar as especificidades das bases de mensuração aplicáveis aos passivos.



Bases de mensuração do Passivo

Custo Histórico

Segundo a Estrutura Conceitual, custo histórico para o passivo é a importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.

No modelo do custo histórico, as mensurações iniciais podem ser ajustadas para refletir fatores como o acúmulo de juros, o acréscimo de descontos ou a amortização de prêmio.

A Estrutura Conceitual destaca que as vantagens e as desvantagens de se utilizar a base do custo histórico para passivos são semelhantes às aplicadas em relação aos ativos.

Nesse sentido, **o custo histórico é apropriado quando os passivos provavelmente forem liquidados nos termos estabelecidos**. No entanto, o custo histórico não pode ser aplicado para os passivos que não se originam de transação como, por exemplo, passivo para o pagamento de danos civis. É também improvável que o custo histórico forneça informação relevante quando o passivo decorrer de transação sem contraprestação, uma vez que esta não fornece uma representação fidedigna das demandas sobre os recursos da entidade. Também se torna difícil aplicar o custo histórico aos passivos que podem variar em seu montante como, por exemplo, aqueles relacionados a passivos previdenciários.

Custo de cumprimento da obrigação

Nos termos da Estrutura Conceitual, custo de cumprimento da obrigação corresponde aos custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.

A Norma destaca duas formas para o cumprimento da obrigação:

a) Cumprimento da obrigação realizado por conta própria → nesse caso, o custo de cumprimento da obrigação não deve incluir qualquer ganho, dado que tais ganhos não representam a utilização dos recursos da entidade.

b) Cumprimento da obrigação baseado em terceiros → nesse caso, o montante deve incluir, implicitamente, o lucro exigido pelo contratado, já que o valor total cobrado por este é uma demanda por recursos da entidade – isso é consistente com a abordagem para ativos, em que o custo de reposição incluiria o lucro exigido pelo fornecedor, mas nenhum lucro seria incluído no custo de reposição para ativos que a entidade deve substituir por meio de desenvolvimento próprio.

Ademais, a Estrutura Conceitual informa que quando o cumprimento da obrigação não acontecer por período prolongado, os fluxos de caixa devem ser descontados para refletir o valor do passivo na data do relatório.

Vamos ver um exemplo para ficar mais claro!

Exemplo: Determinada empresa pública do ramo de mineração incorreu em grave dano ambiental, poluindo um rio de grande importância econômica na região, além de ocasionar danos à fauna e à flora da região. Após o regular processo judicial, essa empresa pública assume o cumprimento da obrigação (passivo ambiental, nesse caso). Nesse sentido, o valor desse passivo, mensurado com base no custo de cumprimento da obrigação, envolverá todos custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo ambiental: custos com recomposição da fauna e da flora (reflorestamento, por



exemplo), custos com a despoluição do rio, indenizações a famílias, etc. Vamos imaginar que o valor estimado pela justiça para cumprir todas essas obrigações foi de R\$ 5.000.000,00. Nesse caso, essa empresa pública possui duas opções:

- a) Cumprir a obrigação por conta própria; ou
- b) Cumprir a obrigação por meio de terceiros.

Vamos imaginar que nesse caso apresentado como exemplo a empresa resolveu cumprir a obrigação por conta própria, pois já existe um setor especializado e equipe técnica para tanto. Assim, a Estrutura Conceitual destaca que nenhum ganho pode ser incluso no custo de cumprimento da obrigação.

Agora, vamos supor que a empresa não possui a mínima condição técnica de suportar o cumprimento da obrigação. Logo, ela faz uma parceria com outros órgãos públicos (Ibama, Forças Armadas, etc). Vamos supor que nessas tratativas, esses órgãos públicos firmaram a parceria, mas com a condição de que a empresa pública que incorreu no dano ambiental transferisse a importância de R\$ 5.500.000,00. Logo, este será o valor do passivo reconhecido.

Segundo a Estrutura Conceitual, geralmente, o custo de cumprimento da obrigação é relevante para mensurar passivos, com **exceção** das seguintes circunstâncias:

- a) quando a entidade puder ser dispensada da obrigação em montante menor do que o custo de seu cumprimento, então o custo dessa dispensa é a mensuração mais relevante do ônus do passivo, do mesmo modo que, para o ativo, o preço líquido de venda é mais relevante quando for maior do que o valor em uso; e

No nosso exemplo, vamos imaginar que a empresa pública conseguiu reverter a ação judicial em última instância, desde que pague uma multa de R\$ 4.000.000,00. Logo, este será o valor do passivo reconhecido.

- b) no caso dos passivos assumidos por determinada importância, o **preço presumido** (estudado na sequência) é mais relevante quando for maior que o custo de cumprimento da obrigação e o custo da liberação (estudado na sequência).

Vamos imaginar no nosso exemplo que a empresa pública não conseguiu parcerias públicas para assumir a execução dos serviços para recomposição dos impactos ambientais. Assim, ela vai até o mercado e contrata uma empresa especializada em reparação de danos ambientais. Imagine que essa empresa realize todo o serviço necessário por R\$ 5.500.000,00. Logo, esse valor é o **preço presumido**, o qual representa o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente, conforme estudaremos na sequência.

Valor de Mercado

Nos termos da Estrutura Conceitual, valor de mercado para passivos é o montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.

A Estrutura Conceitual destaca que as vantagens e desvantagens do valor de mercado para os passivos são as mesmas que para os ativos. Tal base de mensuração pode ser adequada, por exemplo, quando o passivo for atribuível a mudanças em determinada taxa, preço ou índice cotado em mercado aberto, ativo e organizado. Entretanto, quando a capacidade para transferir o passivo for restrita e os termos nos quais a transferência puder ser feita não estiverem claros, os casos nos quais os valores de mercado são aplicáveis, mesmo que existam, serão significativamente mais frágeis. Esse é particularmente o caso dos passivos originados das obrigações nas transações sem contraprestação, dado ser improvável que exista mercado aberto, ativo e organizado para tais passivos.



Custo de Liberação

Nos termos da Estrutura Conceitual, custo de liberação é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de preço líquido de venda utilizado no contexto dos ativos.

PREÇO LÍQUIDO DE VENDA: APLICÁVEL A ATIVOS

CUSTO DE LIBERAÇÃO: APLICÁVEL A PASSIVOS

O custo de liberação se refere ao montante que corresponde à baixa imediata da obrigação. O custo de liberação é o montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda², ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.

Quando há mais de um modo de garantir a liberação do passivo, o custo de liberação é aquele que representa o **menor** montante — isso é consistente com a abordagem para os ativos, em que, por exemplo, o preço líquido de venda não refletiria o montante que deveria ser recebido na venda a sucateiro, caso o preço maior pudesse ser obtido na venda para o comprador que utilizaria o ativo.

Assim como o preço líquido de venda é relevante somente quando a alternativa mais eficiente do recurso para a entidade for vender o ativo, **o custo de liberação é relevante somente quando a alternativa mais eficiente for buscar a liberação imediata da obrigação**. Em especial, quando o custo do cumprimento da obrigação for menor do que o custo de liberação, o primeiro fornece informação mais relevante do que o segundo, mesmo se for viável negociar a liberação da obrigação.

Preço presumido

Segundo a Estrutura Conceitual, o preço presumido é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos.

CUSTO DE REPOSIÇÃO: APLICÁVEL A ATIVOS

PREÇO PRESUMIDO: APLICÁVEL A PASSIVOS

Do mesmo modo que o custo de reposição representa o montante que a entidade pagaria racionalmente para adquirir o ativo, o preço presumido representa o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente. **As transações com contraprestação realizadas em condições normais fornecem evidência do preço presumido – esse não é o caso das transações sem contraprestação.**

No contexto da atividade que é realizada visando lucro, a entidade assumirá o passivo somente se o montante pago para assumi-lo for maior do que o custo de cumprimento da obrigação ou que o custo de liberação, isto é, o montante da liquidação. Uma vez que o preço presumido tiver sido aceito pela entidade, a entidade tem a obrigação com o seu credor.

Quando se incorre em passivo pela primeira vez em transação com contraprestação, o preço presumido representa o montante que foi aceito pela entidade para assumi-lo – é razoável considerar que o preço presumido é o valor que a entidade racionalmente aceitaria para assumir um passivo semelhante. Seria

² Para alguns passivos, especialmente no setor público, a transferência de passivo é praticamente impossível e, assim, o custo de liberação corresponde ao montante que o credor aceita para o cumprimento da sua demanda. Esse montante é conhecido se estiver especificado no acordo com o credor – por exemplo, quando o contrato inclui cláusula específica de cancelamento.



cobrado um valor maior caso algumas pressões concorrenciais permitissem fazê-lo, mas não necessariamente um menor. Assim, como o custo de reposição é o valor atual, conceitualmente o preço presumido também é. Existem, contudo, problemas práticos ao se refletir mudanças nos valores das obrigações que são informadas no preço presumido.

Com isso fechamos o estudo das bases de mensuração do passivo. Agora, vamos destacar uma classificação presente na Estrutura Conceitual para as bases de mensuração: valores de entrada e valores de saída.

Valores de entrada e de saída

Segundo a Estrutura Conceitual, as bases de mensuração podem fornecer **valores de entrada e valores de saída**.

Para o ativo, os valores de entrada refletem o custo da compra. O custo histórico e o custo de reposição são valores de entrada. Os valores de saída refletem os benefícios econômicos da venda e também o montante que será obtido com a utilização do ativo. Em economia diversificada, os valores de entrada e saída diferem à medida que as entidades, normalmente:

- a) adquirem ativos concebidos para suas particularidades operacionais para as quais outros participantes do mercado não estariam dispostos a pagar valor semelhante; e
- b) incorrem em custos de transação na aquisição.

As bases de mensuração **para o passivo** também podem ser classificadas em termos de valores de entrada ou de saída.

Os valores de entrada se relacionam à transação na qual a obrigação é contraída ou ao montante que a entidade aceitaria para assumir um passivo.

Os valores de saída refletem o montante exigido para cumprir a obrigação ou o montante exigido para liberar a entidade da obrigação.

A Estrutura Conceitual apresenta um quadro no qual são resumidas essas bases de mensuração dos ativos em termos de (adaptamos para uma melhor experiência didática):

- a) se fornecem valores de entrada ou de saída;
- b) se são observáveis no mercado; e
- c) se são específicas, ou não, para a entidade*.

* Em alguns casos, o julgamento de valor é emitido para se classificar a base de mensuração, em particular, como observável ou não observável e/ou como específica ou não específica para a entidade.



Quadro 1 – Resumo das bases de mensuração dos ativos

Base de mensuração	Entrada ou saída?	Observável no mercado?	Específica à entidade?
Custo histórico	Entrada	Geralmente observável	Sim
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Entrada e saída	Sim	Não
Valor de mercado (em mercado inativo)	Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de reposição ou substituição	Entrada	Sim	Sim
Preço líquido de venda	Saída	Sim	Sim
Valor em uso	Saída	Não	Sim

Assim como nas bases de mensuração dos ativos, a Estrutura Conceitual apresenta um quadro no qual são resumidas essas bases de mensuração dos passivos:

Quadro 2 – Resumo das bases de mensuração dos passivos

Base de mensuração	Entrada ou saída	Observável no mercado?	Específica à entidade?
Custo histórico	Entrada	Geralmente observável	Sim
Custo de cumprimento da obrigação	Entrada	Não	Sim
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Entrada e saída	Sim	Não
Valor de mercado (em mercado inativo)	Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de liberação	Saída	Sim	Sim
Preço presumido	Entrada	Sim	Sim



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG) das entidades do setor público compreendem múltiplos relatórios que são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e contribuem para aprimorá-la. Em decorrência da natureza geral do propósito da sua elaboração, os RCPGs têm usuários primários, que podem ser exemplificados por:

- a) entidades de fomento e membros do Poder Legislativo;
- b) órgãos centrais de orçamento e controle;
- c) provedores de recursos e agências reguladoras;
- d) usuários da Lei de Acesso à Informação;
- e) usuários dos serviços e seus representantes.

Comentários

- a. **Errado.** Entidades de fomento são usuários secundários. Os membros do Poder Legislativo são usuários primários.
- b. **Errado.** São usuários secundários.
- c. **Errado.** Provedores de recursos são usuários primários. As agências reguladoras se enquadram como usuários secundários.
- d. **Errado.** São usuários secundários.
- e. **Certo.** Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

2.4 [...] assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes [...].

Gabarito: E

2. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) Apesar dos esforços para tornar as demonstrações contábeis mais compreensíveis, é necessário um conhecimento razoável para o seu entendimento. Para auxiliar os usuários a contextualizar, compreender e interpretar a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras. Tais informações podem ser exemplificadas por:

- a) detalhamento dos contratos celebrados ao longo do exercício financeiro;
- b) estatísticas relacionadas aos pedidos de acesso à informação atendidos;
- c) relatório analítico bimestral das fontes de receitas arrecadadas;
- d) resultados das atividades de prestação de serviços durante o exercício;
- e) sumário executivo das alterações em leis e normas que impactaram a entidade no exercício.

Comentários

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

2.28 as informações sobre os principais fatores relacionados ao desempenho e aos resultados da prestação de serviços da entidade durante o exercício e sobre as premissas que corroboram as expectativas sobre esses fatores que provavelmente irão influenciar o desempenho futuro da entidade podem ser apresentadas nos



*RCPGs em notas explicativas às demonstrações contábeis ou em relatórios separados. Tal informação **irá auxiliar os usuários a entenderem melhor, e no contexto adequado, as informações financeiras e não financeiras incluídas nos RCPGs** e, ainda, aprimorar o papel dos RCPGs, no sentido de fornecer informação útil para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.*

Observe que o examinador extraiu a exigência desse item da NBC TSP EC. Acho uma sacanagem gigante esse tipo de questão, pois em tese, um relatório de receitas arrecadadas seria um exemplo de informação financeira que poderia ser fornecida em um RCPG (que poderia ser um relatório analítico bimestral). O detalhamento dos contratos poderia ser um tipo de relatório não financeiro. O mais correto a meu ver seria anular essa questão.

Gabarito: D

3. (FGV/MPSC/2022) No contexto das restrições acerca da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), tem-se a materialidade. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício. Ao analisar a materialidade de uma informação no escopo dos RCPGs, um analista contábil deve considerar que:

- a) a materialidade depende apenas do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade;
- b) as avaliações de materialidade consideram o contexto do ambiente legislativo, institucional e operacional no qual as entidades funcionam;
- c) eventos e transações passados ou previstos não afetam a avaliação da materialidade de uma informação;
- d) tanto informações de natureza quantitativa quanto qualitativa devem ser avaliadas em relação à sua materialidade;
- e) um limite quantitativo razoável para definir se determinada informação é material, é se representa ao menos 10% do grupo de contas nos RCPGs.

Comentários

- a. **Errado.** A materialidade depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade.
- b. **Certo.** Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

3.33 As avaliações de materialidade são feitas no contexto do ambiente legislativo, institucional e operacional dentro do qual as entidades funcionam e, em relação às informações financeiras e não financeiras prospectivas, o conhecimento de quem as elabora e as expectativas acerca do futuro.

- c. **Errado.** Os eventos passados afetam a avaliação da materialidade.
- d. **Errado.** Os RCPGs podem englobar informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência e das expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro. Consequentemente, não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material. O erro da assertiva está em associar materialidade a aspecto quantitativo.
- e. **Errado.** Não é possível especificar um limite quantitativo uniforme (razoável) para que a informação se torne material. É justamente por isso que ela representa uma restrição da informação contábil.

Gabarito: B



4. (FGV/PC-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal dos governos e da maioria das entidades do setor público é

- a) apresentar equilíbrio em suas contas.
- b) combater a corrupção e as atividades ilícitas.
- c) prestar os serviços necessários para a sociedade.
- d) gerar recursos financeiros.
- e) otimizar a utilização dos impostos arrecadados.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é **prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

Gabarito: C

5. (FGV/Auditor/CGU/2022) Uma comissão de servidores foi constituída para apresentar uma proposta de política contábil de mensuração de itens reconhecidos no ativo imobilizado de uma entidade pública. A comissão analisou a Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público e fez contato com instituições públicas da mesma área de atuação com boas práticas de mensuração de ativos reconhecidas em avaliações realizadas pela CGU.

Após algumas semanas de estudos e discussões, a comissão elencou as diretrizes alinhadas com a Estrutura Conceitual que devem ser aplicadas à realidade da entidade para mensuração de itens do ativo imobilizado.

Entre elas se destaca:

- a) a adoção de uma base única de mensuração para itens classificados como ativo imobilizado;
- b) a base de mensuração de ativos não afetar a análise da capacidade operacional da entidade;
- c) a verificabilidade ser a característica qualitativa de maior relevância no processo de mensuração de ativos;
- d) o custo de reposição dificultar a avaliação da capacidade financeira da entidade;
- e) o valor justo a ser adotado como base de mensuração de ativos sujeitos a frequentes variações de preço.

Comentários

- a. **Errado.** O imobilizado pode ser reconhecido ao custo (regra geral). Porém, há o reconhecimento ao valor justo quando é adquirido em uma transação sem contraprestação. Logo, não há uma base única a ser adotada. Depende do contexto.
- b. **Errado.** O custo de reposição, por exemplo, é relevante para a análise da capacidade operacional.
- c. **Errado.** Não existe hierarquia entre as características qualitativas no contexto da NBC TSP EC.
- d. **Certo.** Segundo a NBC TSP EC, o custo de reposição não fornece informação sobre os montantes que seriam recebidos na venda de ativos. Portanto, não facilita (dificulta) a avaliação da capacidade financeira.
- e. **Errado.** Não há previsão nesse sentido na NBC TSP EC.

Gabarito: D



6. (FGV/Consultor/Senado/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os credores, doadores e contribuintes.
- b) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.
- c) O governo federal e outras entidades do setor público.
- d) Os governos internacionais que mantêm relacionamento com o país.
- e) Os investidores, os credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais.

Comentários

Os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes (membros do Poder Legislativo) e os provedores de recursos e seus representantes.

Gabarito: B

7. (FGV/Auditor/SEFAZ-ES/2022) De acordo com a NBC TSP - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as restrições inerentes à informação contida no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público está a

- a) materialidade.
- b) tempestividade.
- c) continuidade.
- d) neutralidade.
- e) confiabilidade.

Comentários

As restrições inerentes à informação contida nos RCPGs são a **materialidade**, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.

Gabarito: A

8. (FGV/Auditor/SEFAZ-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público precisam de informações para subsidiar as avaliações das seguintes questões, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- b) Se a qualidade da prestação de serviços, frente às outras entidades do setor público, mantém sua qualidade.
- c) Se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- d) Se os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros são suficientes e até que ponto há restrições para a utilização desses recursos.



e) Se a carga tributária que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes tem mudado.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz; (opção A)

b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos; (opção D)

c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e (opção E)

d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores (opção C)

Gabarito: B

9. (FGV/Auditor/SEFAZ-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as bases de mensuração para os passivos, assinale a opção que indica o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

- a) Custo histórico.
- b) Valor de mercado.
- c) Preço presumido.
- d) Custo de liberação.
- e) Custo de cumprimento da obrigação.

Comentários

a. **Errado.** Custo histórico para o passivo é a importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.

b. **Errado.** Valor de mercado para passivos é o montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.

c. **Certo.** O preço presumido é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos. Do mesmo modo que o custo de reposição representa o montante que a entidade pagaria racionalmente para adquirir o ativo, o preço presumido representa o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente. As transações com contraprestação realizadas em condições normais fornecem evidência do preço presumido – esse não é o caso das transações sem contraprestação.



d. **Errado.** O custo de liberação se refere ao montante que corresponde à baixa imediata da obrigação. O custo de liberação é o montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.

e. **Errado.** Custo de cumprimento da obrigação corresponde aos custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.

Gabarito: C

10. (FGV/Auditor/SEFAZ-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações financeiras e não financeiras capazes de influenciar, significativamente, o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, são informações

- a) materiais.
- b) confiáveis.
- c) relevantes.
- d) tempestivas.
- e) compreensíveis.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

*3.6 As informações financeiras e não financeiras são **relevantes** caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela.*

Gabarito: C

11. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) A estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público aborda, entre outras coisas, as características qualitativas da informação contida no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG).

Considerando um relatório que traz informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e que as demandas por esses recursos auxiliam os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, é correto afirmar que contém a característica qualitativa da:

- a) compreensibilidade;
- b) materialidade;
- c) relevância;
- d) representação fidedigna;
- e) verificabilidade.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

3.9 As funções confirmatória e preditiva da informação são inter-relacionadas, por exemplo, a informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e as demandas por esses recursos auxilia os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, além de preverem a capacidade da



entidade em responder às mudanças e às necessidades previstas relacionadas à prestação de serviços no futuro. A mesma informação auxilia a confirmar ou a corrigir as expectativas e previsões passadas dos usuários acerca da capacidade da entidade de responder a tais alterações. Auxilia também a confirmar ou corrigir as informações financeiras prospectivas incluídas nos RCPGs anteriores.

Gabarito: C

12. (FGV/Perito/PC-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal dos governos e da maioria das entidades do setor público é

- a) apresentar equilíbrio em suas contas.
- b) combater a corrupção e as atividades ilícitas.
- c) prestar os serviços necessários para a sociedade.
- d) gerar recursos financeiros.
- e) otimizar a utilização dos impostos arrecadados.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

2.22 O objetivo principal dos governos e da maioria das entidades do setor público é prestar os serviços necessários para a sociedade. Consequentemente, o desempenho dos governos e da maioria das entidades do setor público não está total ou adequadamente refletido em qualquer medida de resultados financeiros. Portanto, os resultados financeiros necessitam ser avaliados no contexto dos resultados da prestação de serviços à sociedade.

Gabarito: C

13. (FGV/Analista/TRT13/2022) O desempenho da maioria das entidades do setor público pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, isso acontece porque

- a) essas entidades obtêm receitas por meio de transações com e sem contraprestação.
- b) muitas entidades contabilizam as suas transações com base no regime de caixa, em detrimento ao regime de competência.
- c) as normas contábeis para essas entidades não são abrangentes como as normas para as entidades com finalidade de lucro.
- d) o objetivo principal destas entidades é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores.
- e) muitos programas do setor público são de longo prazo, e a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos



fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability).

Gabarito: D

14. (FGV/Contador/TJ-TO/2022) Um dos objetivos da convergência da contabilidade aplicada ao setor público às práticas internacionais é aperfeiçoar a utilidade da informação para os diversos usuários. Um dos atributos da informação contábil útil é a representação fidedigna, que tem como característica:

- a) adotar a primazia da essência sobre a forma;
- b) retratar efetivamente o fenômeno sem neutralidade;
- c) servir de suporte à análise qualitativa das informações;
- d) ter capacidade de influenciar a tomada de decisões;
- e) ter valor confirmatório e valor preditivo.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

*Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. **A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.***

Gabarito: A

15. (FGV/Consultor/Senado/2022) As características qualitativas da informação incluídas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Sobre essas características, assinale a afirmativa correta.

- a) A compreensibilidade representa a característica que permite que qualquer usuário compreenda o significado da informação sem auxílio.
- b) A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, livre de erro material e neutra, de modo que não influencie algum comportamento.
- c) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- d) A informação financeira e não financeira, para ser relevante, deve ser nova e considerada pelo usuário no cumprimento dos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.
- e) A comparabilidade diz respeito à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades.

Comentários

a. **Errado.** Segundo a NBC TSP EC, alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são particularmente complexos e difíceis de serem representados nos RCPGs, e alguns usuários podem precisar de ajuda de assistente para auxiliá-los em sua compreensão.



b. **Errado.** A norma destaca que, na prática, pode não ser possível ter certeza ou saber se a informação apresentada nos RCPGs está completa, neutra e livre de erro material. Entretanto, a informação deve estar completa, neutra e livre de erro material **tanto quanto possível**.

c. **Certo.** Segundo a NBC TSP EC, tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

d. **Errado.** Segundo a NBC TSP EC, as características qualitativas funcionam, conjuntamente, para contribuir com a utilidade da informação. Por exemplo, nem a descrição que represente fielmente um fenômeno irrelevante, nem a descrição que represente de modo não fidedigno um fenômeno relevante resultam em informação útil. Do mesmo modo, para ser relevante, a informação precisa ser tempestiva e compreensível.

e. **Errado.** Segundo a NBC TSP EC, a comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo.

Gabarito: C

16. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) Um dos pontos tratados na NBC TSP Estrutura Conceitual refere-se à definição dos elementos, necessária para enquadramento da diversidade de transações que ocorrem nas entidades públicas. Um conceito que atualmente tem uma conotação mais abrangente na contabilidade aplicada ao setor público diz respeito ao ativo. Na aplicação desse conceito, um item relevante é que o recurso:

- a) esteja sujeito a controle provável;
- b) dispense a mobilização de benefícios econômicos;
- c) possa resultar em direito contingente;
- d) seja resultante de eventos potenciais;
- e) tenha potencial de fluxos de caixa.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

*Recurso é um item com **potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos**. A forma física não é uma condição necessária para um recurso. O potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização. Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:*

- a) utilizar o recurso para a prestação de serviços (inclusive bens);*
- b) utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços como, por exemplo, arrendamento mercantil;*
- c) converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;*
- d) beneficiar-se da valorização do recurso; ou*
- e) receber fluxos de caixa.*



Gabarito: E

17. (FGV/Contador/IMBEL/2021) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a informação sobre a situação patrimonial de entidade do setor público possibilita aos usuários identificar os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório, o que fornece informação útil como subsídio a avaliações de algumas questões.

Sobre essas questões, analise as afirmativas a seguir.

I. A extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.

II. A extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e as mudanças durante o exercício relativas ao montante ou à composição desses recursos, bem como as demandas sobre esses recursos.

III. Os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

2.14 A informação sobre a situação patrimonial do governo ou outra entidade do setor público possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório. Isso fornece informação útil como subsídio às avaliações de questões tais como:

(a) a extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade;

(b) a extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e as mudanças durante o exercício relativas ao montante ou à composição desses recursos, bem como as demandas sobre esses recursos;

(c) os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

Gabarito: E

18. (FGV/Contador/IMBEL/2021) Uma entidade pública elaborou um plano de alienação de quatro imóveis de propriedade da entidade que não estavam mais atendendo aos seus propósitos. O plano de alienação inclui, entre outras coisas, a definição de uma base adequada de mensuração dos imóveis, considerando as características da região onde estão localizados, e a divulgação pública das condições para alienação.



Uma base de mensuração considerada adequada para apuração e divulgação do valor dos imóveis a serem alienados é:

- a) custo histórico;
- b) custo de reposição;
- c) preço presumido;
- d) valor líquido de venda;
- e) valor em uso.

Comentários

Observe que os imóveis não estavam mais atendendo ao propósito e a entidade elaborou um plano de alienação (venda). Logo, a base de mensuração precisa ser do ativo (por ser imóvel) e a valor de saída (por ser uma venda).

O custo histórico e o custo de reposição são bases de mensuração a valor de entrada. O preço presumido é uma base de mensuração do passivo. Restaria, portanto, duas opções: valor em USO e valor líquido de VENDA. Ora, se a própria questão nos indica que não será mais usado (não está mais atendendo ao propósito) resta-nos, portanto, a opção "D", valor líquido de venda.

Esse raciocínio de você chegar na opção por eliminação é bem útil nesse tipo de questão sobre bases de mensuração. Observe que nem entramos no mérito das definições de cada uma das bases. Fica a dica!

Gabarito: D

19. (FGV/Assistente/TCE-PI/2021) De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Os usuários primários dessas informações incluem:

- a) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- b) provedores de recursos e partidos políticos;
- c) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- d) usuários dos serviços e Ministério Público;
- e) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes (membros do Poder Legislativo) e os provedores de recursos e seus representantes.**

Gabarito: E

20. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ-ES/2021) De acordo com a Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

- a) As entidades de auditoria pública.
- b) As agências reguladoras e supervisoras.
- c) Os órgãos centrais de orçamento e controle.



- d) As entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- e) Os cidadãos que recebem os serviços de entidades do setor público.

Comentários

Para fixar! Os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes (membros do Poder Legislativo) e os provedores de recursos e seus representantes.

Gabarito: E

21. (FGV/Auditor/TCE-AM/2021) Com a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, alguns conceitos mais associados a disposições legais têm se aproximado da Teoria da Contabilidade. O conceito de Ativo, por exemplo, está associado à ideia de controle de um recurso. Considerando o escopo desse conceito, é correto afirmar que:

- a) a capacidade de negar ou restringir o acesso a um recurso não é um indicador de controle;
- b) a propriedade legal do recurso não é um indicador de controle;
- c) a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo;
- d) o recebimento de fluxos de caixa é uma característica essencial para definir um ativo;
- e) o direcionamento de um recurso para o cumprimento dos objetivos da entidade é uma característica essencial para definir um ativo.

Comentários

- a. **Errado.** Segundo a NBC TSP EC, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência de indicadores de controle, entre os quais está o acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses.
- b. **Errado.** Segundo a NBC TSP EC, a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um indicador de controle.
- c. **Certo.** Conforme comentário à opção "B".
- d. **Errado.** Segundo a NBC TSP EC, alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:
 - a. Utilizar o recurso para a prestação de serviços (inclusive bens);
 - b. Utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços como, por exemplo, arrendamento mercantil;
 - c. Converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;
 - d. Beneficiar-se da valorização do recurso; ou
 - e. Receber fluxos de caixa.

O recebimento de fluxos de caixa não é uma característica essencial na definição de ativo.

- e. **Errado.** O direcionamento de um recurso não é uma característica essencial, mas um indicador de controle.

Gabarito: C

22. (FGV/Analista/TJ-RO/2021) Um dos requisitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para reconhecimento de um elemento patrimonial é que ele satisfaça a definição do referido elemento.



No caso do reconhecimento de um ativo no âmbito das entidades da administração pública, é correto afirmar que:

- a) deve ser reconhecido apenas após o registro da execução orçamentária;
- b) deve ser reconhecido apenas quando se originar da execução de uma despesa de capital;
- c) pode decorrer de depósitos caracterizados como entradas compensatórias;
- d) não admite incerteza relacionada à existência ou à mensuração do elemento;
- e) não admite recursos decorrentes de transações extraorçamentárias.

Comentários

- a. **Errado.** O reconhecimento do ativo independe da execução orçamentária.
- b. **Errado.** Novamente, não há relação entre a execução orçamentária (seja despesa de capital ou corrente) e o reconhecimento do ativo.
- c. **Certo.** Segundo o MCASP, também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro.
- d. **Errado.** Segundo a NBC TSP EC, o reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento.
- e. **Errado.** Admite, a exemplo dos depósitos em caução, como destacada no comentário da opção "C".

Gabarito: C

23. (FGV/Técnico/ DPE-RJ/2019) Ao tratar das bases para mensuração de ativos, a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público aborda a lógica de mensuração a valores históricos e valores correntes. A mensuração a valores correntes:

- a) abrange somente medidas observáveis;
- b) contempla apenas informações específicas para a entidade;
- c) é baseada exclusivamente em preços de saída;
- d) inclui mensuração a valor de mercado e a custo de reposição;
- e) veda o valor em uso como base de mensuração.

Comentários

- a. **Errado.** Abrange medidas observáveis e não observáveis.
- b. **Errado.** Contempla informações específicas e não específicas.
- c. **Errado.** Pode ser preços de entrada (como custo histórico e custo corrente de reposição) e preços de saída (como o preço líquido de venda e o valor em uso).
- d. **Certo.** Segundo a NBC TSP EC, existem quatro bases de mensuração a valor corrente para os ativos: (a) valor de mercado; (b) custo de reposição ou substituição; (c) preço líquido de venda; e (d) valor em uso.
- e. **Errado.** O valor em uso é uma das bases de mensuração a valor corrente aplicável aos ativos.

Gabarito: D



24. (FGV/Analista/ALERO/2018) Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis. Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- e) As decisões relacionadas a novas contratações.

Comentários

Nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual,

2.17 Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:

- (a) a conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações; [opção A]
- (b) as atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício; e [opção B]
- (c) as expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro [opção C], bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro. [opção D]

Observe que apenas a opção E não está entre as informações fornecidas pelos RCPGs.

Gabarito: E

25. (FGV/Analista/ALERO/2018) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é o de

- a) gerar retorno financeiro.
- b) ser auto sustentável.
- c) gerar empregos.
- d) prestar serviços à sociedade.
- e) contribuir para o desenvolvimento do país.

Comentários



Nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual,

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

Gabarito: D

26. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Uma entidade pública estava em negociação para obtenção de empréstimo junto a um organismo financeiro multilateral. O organismo solicitou as demonstrações contábeis e fiscais do ente dos três últimos exercícios financeiros. O objetivo era analisar as informações contábeis quanto ao valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade.

Esse objetivo está diretamente ligado à característica do(a):

- a) comparabilidade;
- b) compreensibilidade;
- c) custo-benefício;
- d) relevância;
- e) representação fidedigna.

Comentários

Típica questão que “matamos” por meio das palavras chaves. Nesse caso, temos “valor confirmatório” e “valor preditivo”. Logo, relacionamos com a característica qualitativa da relevância.

Gabarito: D

27. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC, os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

Gabarito: A



28. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões.

Essas questões estão listadas abaixo com exceção de uma. Assinale-a:

- a) “A entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz?”
- b) “Quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros?”
- c) “Até que ponto há restrições ou condições para a utilização dos recursos disponíveis para gastos futuros?”
- d) “A capacidade de a entidade prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores?”
- e) “A quantidade e a qualidade do serviço prestado pela entidade são proporcionais ao volume de tributos cobrados?”

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;

(b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;

(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e

(d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Gabarito: E

29. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Para fins de definir um recurso como Ativo, o controle do recurso, pela entidade, envolve a sua capacidade em utilizar o recurso ou controlar o uso por terceiros. Assim, pode ser considerado um indicador de controle, que possibilite avaliar se a entidade controla o recurso no presente o seguinte:

- a) disponibilidade para valorização do recurso;
- b) propriedade legal;
- c) disponibilidade para realização imediata;
- d) conversão do recurso em caixa por meio da sua alienação;
- e) capacidade de mensurar confiavelmente o recurso.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

a. Propriedade legal;



- b. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;
- c. Meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos; ou
- d. A existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

Gabarito: B

30. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser realizados considerando-se as relações:

- a) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;
- b) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a forma sobre a essência;
- c) econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;
- d) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, o que determina a lei;
- e) jurídicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.

Comentários

Segundo o MCASP, os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis dos períodos com os quais se relacionam, portanto, reconhecidos pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária, devendo tais registros ser efetuados considerando-se as **relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.**

Gabarito: A

31. (FGV/Analista/IBGE/2017) Um dos objetivos da Contabilidade é o controle do patrimônio das entidades, sejam de caráter público ou privado. Para reconhecimento como elemento patrimonial das entidades do setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público recomenda que:

- a) considerem-se apenas os bens tangíveis;
- b) excluam-se os bens onerados;
- c) excluam-se os bens de uso comum;
- d) prevaleça a essência econômica sobre a forma legal;
- e) reconheça apenas os bens com fluxo de benefícios presente.

Comentários

- a. **Errado.** Os bens intangíveis também são considerados.
- b. **Errado.** Os bens onerados (gravados por ônus, tais como hipoteca, penhor) também integram o patrimônio público.
- c. **Errado.** Os bens de uso comum que absorvem recursos públicos integram o patrimônio público.
- d. **Certo.** Segundo a NBC TSP EC, ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a **sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.**
- e. **Errado.** Bens com fluxo de benefícios futuros atendem um dos critérios previstos na definição de ativo.

Gabarito: D



32. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-AL/2020) Conforme o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir, acerca das restrições da informação a ser incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG).

Como não é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída nos RCPG, avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é frequentemente uma questão de julgamento de valor.

Comentários

Nos termos da NBC TSP EC,

Custo-benefício

A informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los. Avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é, com frequência, uma questão de julgamento de valor, pois não é possível identificar todos os custos e todos os benefícios da informação incluída nos RCPGs.

Gabarito: Certo

33. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-AL/2020) É material a informação cujo valor seja superior a 10% do grupo contábil do qual essa informação faça parte.

Comentários

Nos termos da NBC TSP EC,

Materialidade

A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício. A materialidade depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade. Os RCPGs podem englobar informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência e das expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro. Consequentemente, não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material.

Gabarito: Errado

34. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue os itens que se seguem.

Para que os objetivos da informação contábil sejam alcançados, pode-se reconhecer, nas demonstrações contábeis, recurso ou obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na estrutura conceitual.

Comentários

Trata-se do que a NBC TSP Estrutura Conceitual denomina de “Outros Recursos” e “Outras Obrigações”. Nos termos da NBC TSP EC,

Em algumas circunstâncias, para assegurar que as demonstrações contábeis forneçam informação útil para uma avaliação significativa do desempenho e da situação patrimonial da entidade, o reconhecimento de fenômenos econômicos não capturados pelos elementos definidos neste capítulo pode ser necessário. Consequentemente, a identificação dos



elementos neste capítulo não impede as NBCs TSP de exigirem ou permitirem o reconhecimento de recursos ou obrigações que não satisfaçam a definição de elemento identificada neste capítulo (doravante referidos como “outros recursos” ou “outras obrigações”), quando necessário no sentido de se alcançarem os objetivos da informação contábil.

Gabarito: Certo

35. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue os itens que se seguem.

Para que uma entidade do setor público seja capaz de acessar o potencial de serviços associado a um recurso, é necessário que essa entidade obtenha direitos jurídicos sobre ele.

Comentários

Nos termos da NBC TSP EC,

5.12C Enquanto o acesso ao recurso é crucial, existem recursos aos quais a entidade tem acesso que não dá origem a ativos como, por exemplo, o ar. Portanto, a capacidade de acessar o recurso precisa ser suplementada pela capacidade de negar ou restringir o acesso de terceiros ao recurso, por exemplo, (a) a entidade pode decidir se estabelece entrada grátis ao museu ou restringe o acesso daqueles que não pagam a taxa, e (b) o governo pode controlar um recurso natural sob o seu território ao qual pode restringir o acesso de terceiros. Demandas legalmente aplicáveis relativas a recursos específicos como, por exemplo, o direito de acesso a uma rodovia ou o direito de explorar um território na busca por recursos minerais, poderia representar um ativo para o titular. **No entanto, a entidade pode ser capaz de acessar o potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos associados ao recurso sem que haja a necessidade de obtenção de direitos jurídicos.**

Gabarito: Errado

36. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue os itens que se seguem.

Para que uma obrigação presente exista, é essencial conhecer a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo.

Comentários

Nos termos da NBC TSP EC,

As obrigações vinculadas podem ser obrigações legais (ou legalmente vinculadas) ou não legalmente vinculadas. As obrigações vinculadas podem originar-se tanto de transações com contraprestação quanto de transações sem contraprestação. A obrigação deve estar relacionada a um terceiro para poder gerar um passivo. A entidade não pode obrigar a si mesma, mesmo quando tenha divulgado publicamente a intenção de se comportar de determinado modo. A identificação de terceiros é uma indicação da existência de obrigação que dá origem a um passivo. Entretanto, **não é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que a obrigação presente exista.**

Gabarito: Errado



37. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência ABIN/2018) Os RCPGs se prestam a dar publicidade à prestação de contas da aplicação de recursos públicos, mas são desprovidos de poder comprobatório para a responsabilização de gestores.

Comentários

Segundo a NBC TSP EC,

2.10 - A informação fornecida nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) subsidia e contribui para a tomada de decisão.

O objetivo das demonstrações contábeis (também consideradas como Relatórios contábeis de Propósito Geral – RCPGs) das entidades do setor público é o **fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para a tomada de decisão.**

Gabarito: Errado

38. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência ABIN/2018) A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

Constantes dos RCPGs, as informações que podem subsidiar as decisões dos usuários incluem aquelas relativas à situação patrimonial, de desempenho do ente e de seus fluxos de caixa.

Comentários

De fato, nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual, os RCPGs fornecem informações sobre a situação patrimonial, de desempenho e fluxos de caixa.

Situação Patrimonial: possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório.

Desempenho: orienta as avaliações de questões, como, por exemplo, se a entidade adquiriu recursos com economicidade e os utilizou com eficácia e eficiência para atingir os seus objetivos de prestação de serviços.

Fluxos de Caixa: contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade. Ela indica como a entidade arrecadou e utilizou os recursos durante o período, inclusive os empréstimos tomados e pagos, bem como as suas aquisições e vendas, por exemplo, do seu ativo imobilizado.

Gabarito: Certo

39. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência ABIN/2018) A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

A estrutura conceitual se aplica não somente aos governos federal, estadual, municipal e distrital, mas, também, às autarquias e às fundações mantidas pelo poder público, aos fundos e consórcios públicos.

Comentários

Nos termos da NBC TSP EC,

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP aplicam-se, OBRIGATORIAMENTE, às entidades do setor público quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distritais e



municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, **autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos** e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

1.8D As demais entidades não compreendidas no item 1.8A, inclusive as empresas estatais independentes, poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira **FACULTATIVA** ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres."

Gabarito: Certo

40. (CESPE/Auditor de Contas Públicas/TCE-PB/2018) Segundo as normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público (NBC TSP), a estrutura conceitual propõe bases de mensuração para todas as transações ou para os eventos relacionados aos ativos sob o controle das entidades do setor público. Uma dessas bases de mensuração é o denominado valor em uso, que consiste no

- a) montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado.
- b) custo mais econômico exigido para a entidade substituir, na data do relatório, o potencial de serviços de ativo (incluído o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil).
- c) montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.
- d) valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes tanto do ativo, caso este continue a ser utilizado, quanto do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.
- e) valor para a aquisição ou o desenvolvimento de um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, valor em uso é o valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso este continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.

Trata-se de um valor específico à entidade que reflete o montante que pode ser obtido do ativo por meio da sua operação e de sua alienação ao final da sua vida útil.

Gabarito: D

41. (CESPE/Assistente/FUNPRESP/2016) Para serem úteis na tomada de decisão dos usuários, as demonstrações contábeis devem conter informações relevantes e representar fidedignamente a realidade da entidade, de modo que possuam os atributos de completude, neutralidade e livre de erro.

Comentários

QC15. Representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Nesse sentido, um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos



Gabarito: Certo

42. (FCC/Analista Legislativo/Contabilidade/ALESE/2018) Em fevereiro de 2018, uma entidade pública adquiriu um bem móvel com o intuito de utilizá-lo na execução das suas atividades e, no reconhecimento inicial, os registros contábeis tiveram por base o seu custo histórico de R\$ 320.000,00.

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o custo histórico utilizado pela entidade pública é

- a) uma base de mensuração do passivo a valor de saída.
- b) a única base de mensuração do ativo a valor de entrada.
- c) uma base de mensuração não específica para a entidade.
- d) uma das bases de mensuração do ativo.
- e) a única base de mensuração do ativo a valor de saída.

Comentários

O Custo histórico é uma base de mensuração do ativo a valor de entrada. Cabe destacar que custo histórico não é a única base de mensuração do ativo a valor de entrada.

Gabarito: D

43. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-PR/2017) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.

Comentários

Conforme estudamos, relevância, verificabilidade e tempestividade são características qualitativas da informação contábil. As restrições são: materialidade, custo-benefício e Equilíbrio entre as características qualitativas.

Gabarito: C

44. (FCC/Analista/Contabilidade/DPE-RS/2017) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são

- a) as agências de classificação de risco.
- b) as agências reguladoras e supervisoras.
- c) as entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- d) as entidades de auditoria.
- e) os cidadãos que são usuários dos serviços e provedores de recursos

Comentários



Nos termos da Estrutura Conceitual,

Os **cidadãos** recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim. Assim, eles **são usuários primários dos RCPGs**.

As demais opções apresentam usuários “secundários”. Segundo a Estrutura Conceitual,

[...] podem também utilizar a informação fornecida pelos RCPGs para os seus propósitos – como, por exemplo: agências reguladoras e supervisoras, entidades de auditoria, comissões do poder Legislativo ou de outro órgão do governo, órgãos centrais de orçamento e controle, agências de classificação de risco e, em alguns casos, entidades prestadoras de recursos e de fomento. Mesmo que esses outros indivíduos ou entidades encontrem informações úteis nos RCPGs, eles não são usuários primários desses relatórios. Assim, os RCPGs não são elaborados e divulgados para atender a necessidades de informações específicas ou particulares.

Gabarito: E

45. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-PR/2017) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma base de mensuração que pode ser utilizada tanto para os ativos quanto para os passivos é o

- a) valor em uso.
- b) preço presumido.
- c) valor de mercado.
- d) preço líquido de venda.
- e) custo de substituição.

Comentários

As bases de mensuração são as seguintes:

Ativo

- a) custo histórico;
- b) valor de mercado;
- c) custo de reposição ou substituição;
- d) preço líquido de venda;
- e) valor em uso.

Passivo

- a) Custo histórico;
- b) Custo de cumprimento da obrigação;
- c) Valor de mercado;
- d) Custo de liberação; e
- e) Preço presumido.

Gabarito: C



46. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT 24ª região/2017) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, o Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Para ser considerado um recurso, um item de um Tribunal Regional do Trabalho deve, necessariamente,

- a) gerar benefícios econômicos diretamente do próprio recurso e não do seu direito de uso.
- b) gerar entradas líquidas de caixa.
- c) ser de propriedade legal da entidade.
- d) ter a possibilidade de trocar o recurso por outro ativo.
- e) ter potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Além disso, recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

Gabarito: E

47. (VUNESP/IPSM/Analista de Gestão Municipal/Contabilidade/2017) Assinale a alternativa correta. O que ocorre do ponto de vista do objetivo da informação contábil, com os relatórios contábil-financeiros de propósito geral?

- a) Caso corretamente trabalhados têm o objetivo de informar no Patrimônio Líquido o valor de mercado da entidade.
- b) Não são elaborados para informar o valor da entidade que reporta a informação.
- c) Não incorporam conceitos de valor econômico.
- d) A rigor, medem e informam o valor econômico da entidade para investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial; que, sem ela, precisariam estimar esse valor.
- e) A rigor, medem e informam o valor da entidade para os investidores, mas, não para credores, fornecedores e clientes.

Comentários

Segundo o CPC 00,

Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

Veja que a opção “D” é traiçoeira, não é mesmo? Os investidores, credores por empréstimo e outros credores usam as informações dos RCPGs como auxílio nas suas estimativas do valor econômico da entidade.

Gabarito: B



48. (CS UFG/Contador/UFG/2017) De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público - NBC TSP, de 23 de setembro de 2016, as demonstrações contábeis retratam os efeitos financeiros e não financeiros das transações e outros eventos ao agrupá-los em classes amplas que compartilham características econômicas comuns.

Essas classes amplas são denominadas:

- a) elementos das demonstrações contábeis.
- b) benefícios econômicos futuros.
- c) base de mensuração econômica.
- d) natureza da informação contábil.

Comentários

As classes amplas citadas pela Estrutura Conceitual são os elementos das demonstrações contábeis (ativo, passivo, patrimônio líquido, VPAs e VPDs).

Gabarito: A

49. (IBFC/Analista Judiciário/Contador/TJ-PE/2017) Com base no MCASP – edição 2017, e nas características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente no cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil
- b) Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material
- c) A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada
- d) Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil
- e) A verificabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos

Comentários

- a. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- b. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.



c. **Certo**. Segundo a Estrutura Conceitual,

A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

d. **Certo**. Segundo a Estrutura Conceitual,

Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

e. **Errado**. Segundo a Estrutura Conceitual,

Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Gabarito: E

50. (PUC-PR/Técnico de nível superior/Contabilidade/TJ-MS/2017) De acordo com a NBC TSP - Estrutura Conceitual de 23/09/2016, no setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados é

- a) o potencial de serviços, e não a sua capacidade de gerar fluxo de caixa.
- b) a geração de fluxo de caixa e o potencial de serviços.
- c) o potencial de serviços e a classificação de ativos tangíveis e intangíveis.
- d) a geração de fluxo de caixa e a classificação de ativos tangíveis.
- e) o potencial de serviços e a classificação de ativos intangíveis.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares. Pode existir mercado limitado para esses ativos e, mesmo assim, eles podem necessitar de uma considerável adaptação para serem utilizados por outros operadores.

Gabarito: A

51. (PUC-PR/Técnico de nível superior/Contabilidade/TJ-MS/2017) As características qualitativas das informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual de 23/09/2016, são



- a) relevância, essência sobre a forma, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- c) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, materialidade, comparabilidade e verificabilidade.
- d) custo benefício, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- e) custo benefício, essência sobre a forma, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

Comentários

Conforme estudamos, as características qualitativas são as seguintes:

Característica	Conceito
Relevância	Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
Representação Fidedigna	A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é <u>completa</u> , <u>neutra</u> e <u>livre de erro material</u> .
Comparabilidade	Qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
Verificabilidade (suportabilidade)	Qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
Tempestividade	Significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (<i>accountability</i>) e tomada de decisão.
Compreensibilidade	Qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.

Gabarito: B

52. (PUC-PR/Técnico de nível superior/Contabilidade/TJ-MS/2017) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP - Estrutura Conceitual de 23/09/2016, um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado é

- a) Passivo.
- b) Receita.
- c) Despesa.
- d) Ativo.

Comentários

Tranquilo, não é mesmo? Trata-se da definição de ativo presente na Estrutura Conceitual.

Gabarito: D



LISTA DAS QUESTÕES

1. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG) das entidades do setor público compreendem múltiplos relatórios que são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e contribuem para aprimorá-la. Em decorrência da natureza geral do propósito da sua elaboração, os RCPGs têm usuários primários, que podem ser exemplificados por:

- a) entidades de fomento e membros do Poder Legislativo;
- b) órgãos centrais de orçamento e controle;
- c) provedores de recursos e agências reguladoras;
- d) usuários da Lei de Acesso à Informação;
- e) usuários dos serviços e seus representantes.

2. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) Apesar dos esforços para tornar as demonstrações contábeis mais compreensíveis, é necessário um conhecimento razoável para o seu entendimento. Para auxiliar os usuários a contextualizar, compreender e interpretar a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras. Tais informações podem ser exemplificadas por:

- a) detalhamento dos contratos celebrados ao longo do exercício financeiro;
- b) estatísticas relacionadas aos pedidos de acesso à informação atendidos;
- c) relatório analítico bimestral das fontes de receitas arrecadadas;
- d) resultados das atividades de prestação de serviços durante o exercício;
- e) sumário executivo das alterações em leis e normas que impactaram a entidade no exercício.

3. (FGV/MPSC/2022) No contexto das restrições acerca da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), tem-se a materialidade. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício. Ao analisar a materialidade de uma informação no escopo dos RCPGs, um analista contábil deve considerar que:

- a) a materialidade depende apenas do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade;
- b) as avaliações de materialidade consideram o contexto do ambiente legislativo, institucional e operacional no qual as entidades funcionam;
- c) eventos e transações passados ou previstos não afetam a avaliação da materialidade de uma informação;
- d) tanto informações de natureza quantitativa quanto qualitativa devem ser avaliadas em relação à sua materialidade;
- e) um limite quantitativo razoável para definir se determinada informação é material, é se representa ao menos 10% do grupo de contas nos RCPGs.



4. (FGV/PC-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal dos governos e da maioria das entidades do setor público é

- a) apresentar equilíbrio em suas contas.
- b) combater a corrupção e as atividades ilícitas.
- c) prestar os serviços necessários para a sociedade.
- d) gerar recursos financeiros.
- e) otimizar a utilização dos impostos arrecadados.

5. (FGV/Auditor/CGU/2022) Uma comissão de servidores foi constituída para apresentar uma proposta de política contábil de mensuração de itens reconhecidos no ativo imobilizado de uma entidade pública. A comissão analisou a Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público e fez contato com instituições públicas da mesma área de atuação com boas práticas de mensuração de ativos reconhecidas em avaliações realizadas pela CGU.

Após algumas semanas de estudos e discussões, a comissão elencou as diretrizes alinhadas com a Estrutura Conceitual que devem ser aplicadas à realidade da entidade para mensuração de itens do ativo imobilizado.

Entre elas se destaca:

- a) a adoção de uma base única de mensuração para itens classificados como ativo imobilizado;
- b) a base de mensuração de ativos não afetar a análise da capacidade operacional da entidade;
- c) a verificabilidade ser a característica qualitativa de maior relevância no processo de mensuração de ativos;
- d) o custo de reposição dificultar a avaliação da capacidade financeira da entidade;
- e) o valor justo a ser adotado como base de mensuração de ativos sujeitos a frequentes variações de preço.

6. (FGV/Consultor/Senado/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os credores, doadores e contribuintes.
- b) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.
- c) O governo federal e outras entidades do setor público.
- d) Os governos internacionais que mantêm relacionamento com o país.
- e) Os investidores, os credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais.

7. (FGV/Auditor/SEFAZ-ES/2022) De acordo com a NBC TSP - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as restrições inerentes à informação contida no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público está a

- a) materialidade.
- b) tempestividade.
- c) continuidade.



- d) neutralidade.
- e) confiabilidade.

8. (FGV/Auditor/SEFAZ-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público precisam de informações para subsidiar as avaliações das seguintes questões, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- b) Se a qualidade da prestação de serviços, frente às outras entidades do setor público, mantém sua qualidade.
- c) Se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- d) Se os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros são suficientes e até que ponto há restrições para a utilização desses recursos.
- e) Se a carga tributária que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes tem mudado.

9. (FGV/Auditor/SEFAZ-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as bases de mensuração para os passivos, assinale a opção que indica o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

- a) Custo histórico.
- b) Valor de mercado.
- c) Preço presumido.
- d) Custo de liberação.
- e) Custo de cumprimento da obrigação.

10. (FGV/Auditor/SEFAZ-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações financeiras e não financeiras capazes de influenciar, significativamente, o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, são informações

- a) materiais.
- b) confiáveis.
- c) relevantes.
- d) tempestivas.
- e) compreensíveis.

11. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) A estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público aborda, entre outras coisas, as características qualitativas da informação contida no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG).



Considerando um relatório que traz informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e que as demandas por esses recursos auxiliam os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, é correto afirmar que contém a característica qualitativa da:

- a) compreensibilidade;
- b) materialidade;
- c) relevância;
- d) representação fidedigna;
- e) verificabilidade.

12. (FGV/Perito/PC-AM/2022) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal dos governos e da maioria das entidades do setor público é

- a) apresentar equilíbrio em suas contas.
- b) combater a corrupção e as atividades ilícitas.
- c) prestar os serviços necessários para a sociedade.
- d) gerar recursos financeiros.
- e) otimizar a utilização dos impostos arrecadados.

13. (FGV/Analista/TRT13/2022) O desempenho da maioria das entidades do setor público pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual– Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, isso acontece porque

- a) essas entidades obtêm receitas por meio de transações com e sem contraprestação.
- b) muitas entidades contabilizam as suas transações com base no regime de caixa, em detrimento ao regime de competência.
- c) as normas contábeis para essas entidades não são abrangentes como as normas para as entidades com finalidade de lucro.
- d) o objetivo principal destas entidades é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores.
- e) muitos programas do setor público são de longo prazo, e a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

14. (FGV/Contador/TJ-TO/2022) Um dos objetivos da convergência da contabilidade aplicada ao setor público às práticas internacionais é aperfeiçoar a utilidade da informação para os diversos usuários. Um dos atributos da informação contábil útil é a representação fidedigna, que tem como característica:

- a) adotar a primazia da essência sobre a forma;
- b) retratar efetivamente o fenômeno sem neutralidade;
- c) servir de suporte à análise qualitativa das informações;
- d) ter capacidade de influenciar a tomada de decisões;
- e) ter valor confirmatório e valor preditivo.



15. (FGV/Consultor/Senado/2022) As características qualitativas da informação incluídas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Sobre essas características, assinale a afirmativa correta.

- a) A compreensibilidade representa a característica que permite que qualquer usuário compreenda o significado da informação sem auxílio.
- b) A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, livre de erro material e neutra, de modo que não influencie algum comportamento.
- c) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- d) A informação financeira e não financeira, para ser relevante, deve ser nova e considerada pelo usuário no cumprimento dos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.
- e) A comparabilidade diz respeito à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades.

16. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) Um dos pontos tratados na NBC TSP Estrutura Conceitual refere-se à definição dos elementos, necessária para enquadramento da diversidade de transações que ocorrem nas entidades públicas. Um conceito que atualmente tem uma conotação mais abrangente na contabilidade aplicada ao setor público diz respeito ao ativo. Na aplicação desse conceito, um item relevante é que o recurso:

- a) esteja sujeito a controle provável;
- b) dispense a mobilização de benefícios econômicos;
- c) possa resultar em direito contingente;
- d) seja resultante de eventos potenciais;
- e) tenha potencial de fluxos de caixa.

17. (FGV/Contador/IMBEL/2021) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a informação sobre a situação patrimonial de entidade do setor público possibilita aos usuários identificar os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório, o que fornece informação útil como subsídio a avaliações de algumas questões.

Sobre essas questões, analise as afirmativas a seguir.

- I. A extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
- II. A extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e as mudanças durante o exercício relativas ao montante ou à composição desses recursos, bem como as demandas sobre esses recursos.
- III. Os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.



- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

18. (FGV/Contador/IMBEL/2021) Uma entidade pública elaborou um plano de alienação de quatro imóveis de propriedade da entidade que não estavam mais atendendo aos seus propósitos. O plano de alienação inclui, entre outras coisas, a definição de uma base adequada de mensuração dos imóveis, considerando as características da região onde estão localizados, e a divulgação pública das condições para alienação.

Uma base de mensuração considerada adequada para apuração e divulgação do valor dos imóveis a serem alienados é:

- a) custo histórico;
- b) custo de reposição;
- c) preço presumido;
- d) valor líquido de venda;
- e) valor em uso.

19. (FGV/Assistente/TCE-PI/2021) De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Os usuários primários dessas informações incluem:

- a) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- b) provedores de recursos e partidos políticos;
- c) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- d) usuários dos serviços e Ministério Público;
- e) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

20. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ-ES/2021) De acordo com a Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

- a) As entidades de auditoria pública.
- b) As agências reguladoras e supervisoras.
- c) Os órgãos centrais de orçamento e controle.
- d) As entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- e) Os cidadãos que recebem os serviços de entidades do setor público.

21. (FGV/Auditor/TCE-AM/2021) Com a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, alguns conceitos mais associados a disposições legais têm se aproximado da Teoria da Contabilidade. O conceito de Ativo, por exemplo, está associado à ideia de controle de um recurso. Considerando o escopo desse conceito, é correto afirmar que:



- a) a capacidade de negar ou restringir o acesso a um recurso não é um indicador de controle;
- b) a propriedade legal do recurso não é um indicador de controle;
- c) a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo;
- d) o recebimento de fluxos de caixa é uma característica essencial para definir um ativo;
- e) o direcionamento de um recurso para o cumprimento dos objetivos da entidade é uma característica essencial para definir um ativo.

22. (FGV/Analista/TJ-RO/2021) Um dos requisitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para reconhecimento de um elemento patrimonial é que ele satisfaça a definição do referido elemento.

No caso do reconhecimento de um ativo no âmbito das entidades da administração pública, é correto afirmar que:

- a) deve ser reconhecido apenas após o registro da execução orçamentária;
- b) deve ser reconhecido apenas quando se originar da execução de uma despesa de capital;
- c) pode decorrer de depósitos caracterizados como entradas compensatórias;
- d) não admite incerteza relacionada à existência ou à mensuração do elemento;
- e) não admite recursos decorrentes de transações extraorçamentárias.

23. (FGV/Técnico/ DPE-RJ/2019) Ao tratar das bases para mensuração de ativos, a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público aborda a lógica de mensuração a valores históricos e valores correntes. A mensuração a valores correntes:

- a) abrange somente medidas observáveis;
- b) contempla apenas informações específicas para a entidade;
- c) é baseada exclusivamente em preços de saída;
- d) inclui mensuração a valor de mercado e a custo de reposição;
- e) veda o valor em uso como base de mensuração.

24. (FGV/Analista/ALERO/2018) Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis. Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- e) As decisões relacionadas a novas contratações.



25. (FGV/Analista/ALERO/2018) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é o de

- a) gerar retorno financeiro.
- b) ser auto sustentável.
- c) gerar empregos.
- d) prestar serviços à sociedade.
- e) contribuir para o desenvolvimento do país.

26. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Uma entidade pública estava em negociação para obtenção de empréstimo junto a um organismo financeiro multilateral. O organismo solicitou as demonstrações contábeis e fiscais do ente dos três últimos exercícios financeiros. O objetivo era analisar as informações contábeis quanto ao valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade.

Esse objetivo está diretamente ligado à característica do(a):

- a) comparabilidade;
- b) compreensibilidade;
- c) custo-benefício;
- d) relevância;
- e) representação fidedigna.

27. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.

28. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões.

Essas questões estão listadas abaixo com exceção de uma. Assinale-a:

- a) “A entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz?”
- b) “Quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros?”
- c) “Até que ponto há restrições ou condições para a utilização dos recursos disponíveis para gastos futuros?”
- d) “A capacidade de a entidade prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores?”



e) “A quantidade e a qualidade do serviço prestado pela entidade são proporcionais ao volume de tributos cobrados?”

29. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Para fins de definir um recurso como Ativo, o controle do recurso, pela entidade, envolve a sua capacidade em utilizar o recurso ou controlar o uso por terceiros. Assim, pode ser considerado um indicador de controle, que possibilite avaliar se a entidade controla o recurso no presente o seguinte:

- a) disponibilidade para valorização do recurso;
- b) propriedade legal;
- c) disponibilidade para realização imediata;
- d) conversão do recurso em caixa por meio da sua alienação;
- e) capacidade de mensurar confiavelmente o recurso.

30. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser realizados considerando-se as relações:

- a) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;
- b) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a forma sobre a essência;
- c) econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;
- d) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, o que determina a lei;
- e) jurídicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.

31. (FGV/Analista/IBGE/2017) Um dos objetivos da Contabilidade é o controle do patrimônio das entidades, sejam de caráter público ou privado. Para reconhecimento como elemento patrimonial das entidades do setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público recomenda que:

- a) considerem-se apenas os bens tangíveis;
- b) excluam-se os bens onerados;
- c) excluam-se os bens de uso comum;
- d) prevaleça a essência econômica sobre a forma legal;
- e) reconheça apenas os bens com fluxo de benefícios presente.

32. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-AL/2020) Conforme o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir, acerca das restrições da informação a ser incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG).

Como não é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída nos RCPG, avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é frequentemente uma questão de julgamento de valor.

33. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-AL/2020) É material a informação cujo valor seja superior a 10% do grupo contábil do qual essa informação faça parte.

34. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue os itens que se seguem.

Para que os objetivos da informação contábil sejam alcançados, pode-se reconhecer, nas demonstrações contábeis, recurso ou obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na estrutura conceitual.



35. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue os itens que se seguem.

Para que uma entidade do setor público seja capaz de acessar o potencial de serviços associado a um recurso, é necessário que essa entidade obtenha direitos jurídicos sobre ele.

36. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue os itens que se seguem.

Para que uma obrigação presente exista, é essencial conhecer a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo.

37. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência ABIN/2018) Os RCPGs se prestam a dar publicidade à prestação de contas da aplicação de recursos públicos, mas são desprovidos de poder comprobatório para a responsabilização de gestores.

38. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência ABIN/2018) A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

Constantes dos RCPGs, as informações que podem subsidiar as decisões dos usuários incluem aquelas relativas à situação patrimonial, de desempenho do ente e de seus fluxos de caixa.

39. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência ABIN/2018) A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

A estrutura conceitual se aplica não somente aos governos federal, estadual, municipal e distrital, mas, também, às autarquias e às fundações mantidas pelo poder público, aos fundos e consórcios públicos.

40. (CESPE/Auditor de Contas Públicas/TCE-PB/2018) Segundo as normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público (NBC TSP), a estrutura conceitual propõe bases de mensuração para todas as transações ou para os eventos relacionados aos ativos sob o controle das entidades do setor público. Uma dessas bases de mensuração é o denominado valor em uso, que consiste no

a) montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado.

b) custo mais econômico exigido para a entidade substituir, na data do relatório, o potencial de serviços de ativo (incluído o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil).

c) montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.

d) valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes tanto do ativo, caso este continue a ser utilizado, quanto do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.

e) valor para a aquisição ou o desenvolvimento de um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

41. (CESPE/Assistente/FUNPRESP/2016) Para serem úteis na tomada de decisão dos usuários, as demonstrações contábeis devem conter informações relevantes e representar fidedignamente a realidade da entidade, de modo que possuam os atributos de completude, neutralidade e livre de erro.

42. (FCC/Analista Legislativo/Contabilidade/ALESE/2018) Em fevereiro de 2018, uma entidade pública adquiriu um bem móvel com o intuito de utilizá-lo na execução das suas atividades e, no reconhecimento inicial, os registros contábeis tiveram por base o seu custo histórico de R\$ 320.000,00.



De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o custo histórico utilizado pela entidade pública é

- a) uma base de mensuração do passivo a valor de saída.
- b) a única base de mensuração do ativo a valor de entrada.
- c) uma base de mensuração não específica para a entidade.
- d) uma das bases de mensuração do ativo.
- e) a única base de mensuração do ativo a valor de saída.

43. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-PR/2017) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.

44. (FCC/Analista/Contabilidade/DPE-RS/2017) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são

- a) as agências de classificação de risco.
- b) as agências reguladoras e supervisoras.
- c) as entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- d) as entidades de auditoria.
- e) os cidadãos que são usuários dos serviços e provedores de recursos

45. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-PR/2017) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma base de mensuração que pode ser utilizada tanto para os ativos quanto para os passivos é o

- a) valor em uso.
- b) preço presumido.
- c) valor de mercado.
- d) preço líquido de venda.
- e) custo de substituição.

46. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT 24ª região/2017) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, o Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Para ser considerado um recurso, um item de um Tribunal Regional do Trabalho deve, necessariamente,

- a) gerar benefícios econômicos diretamente do próprio recurso e não do seu direito de uso.
- b) gerar entradas líquidas de caixa.
- c) ser de propriedade legal da entidade.
- d) ter a possibilidade de trocar o recurso por outro ativo.



e) ter potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos.

47. (VUNESP/IPSM/Analista de Gestão Municipal/Contabilidade/2017) Assinale a alternativa correta. O que ocorre do ponto de vista do objetivo da informação contábil, com os relatórios contábil-financeiros de propósito geral?

- a) Caso corretamente trabalhados têm o objetivo de informar no Patrimônio Líquido o valor de mercado da entidade.
- b) Não são elaborados para informar o valor da entidade que reporta a informação.
- c) Não incorporam conceitos de valor econômico.
- d) A rigor, medem e informam o valor econômico da entidade para investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial; que, sem ela, precisariam estimar esse valor.
- e) A rigor, medem e informam o valor da entidade para os investidores, mas, não para credores, fornecedores e clientes.

48. (CS UFG/Contador/UFG/2017) De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público - NBC TSP, de 23 de setembro de 2016, as demonstrações contábeis retratam os efeitos financeiros e não financeiros das transações e outros eventos ao agrupá-los em classes amplas que compartilham características econômicas comuns.

Essas classes amplas são denominadas:

- a) elementos das demonstrações contábeis.
- b) benefícios econômicos futuros.
- c) base de mensuração econômica.
- d) natureza da informação contábil.

49. (IBFC/Analista Judiciário/Contador/TJ-PE/2017) Com base no MCASP – edição 2017, e nas características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente no cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil
- b) Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material
- c) A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada
- d) Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil
- e) A verificabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos

50. (PUC-PR/Técnico de nível superior/Contabilidade/TJ-MS/2017) De acordo com a NBC TSP - Estrutura Conceitual de 23/09/2016, no setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados é

- a) o potencial de serviços, e não a sua capacidade de gerar fluxo de caixa.
- b) a geração de fluxo de caixa e o potencial de serviços.



- c) o potencial de serviços e a classificação de ativos tangíveis e intangíveis.
- d) a geração de fluxo de caixa e a classificação de ativos tangíveis.
- e) o potencial de serviços e a classificação de ativos intangíveis.

51. (PUC-PR/Técnico de nível superior/Contabilidade/TJ-MS/2017) As características qualitativas das informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual de 23/09/2016, são

- a) relevância, essência sobre a forma, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- c) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, materialidade, comparabilidade e verificabilidade.
- d) custo benefício, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- e) custo benefício, essência sobre a forma, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

52. (PUC-PR/Técnico de nível superior/Contabilidade/TJ-MS/2017) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP - Estrutura Conceitual de 23/09/2016, um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado é

- a) Passivo.
- b) Receita.
- c) Despesa.
- d) Ativo.



GABARITO



GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
E	D	B	C	D	B	A	B	C	C	C	C
13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.
D	A	C	E	E	D	E	E	C	C	D	E
25.	26.	27.	28.	29.	30.	31.	32.	33.	34.	35.	36.
D	D	A	E	B	A	D	CERTO	ERRADO	CERTO	ERRADO	ERRADO
37.	38.	39.	40.	41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.
ERRADO	CERTO	CERTO	D	CERTO	D	C	E	C	E	B	A
49.	50.	51.	52.				5				
E	A	B	D								



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.